



DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS
DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

**OS ESTUDANTES DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)
NO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL**



DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS
DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

FICHA TÉCNICA

Título

OS ESTUDANTES DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP) NO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL

Autor

Isabel Pedreira

Equipa de Estudos de Educação e Ciência (EEEC)/ Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)

Edição

Direção de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)

Av. 24 de Julho, n.º 134

1399-054 Lisboa

Tel.: (+351) 213 949 200

Fax: (+351) 213 957 610

E-mail: dgeec.eeec@dgeec.mec.pt

URL: <http://www.dgeec.mec.pt>

[Maio de 2015] © Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	1
INTRODUÇÃO	6
A POLÍTICA PORTUGUESA DE COOPERAÇÃO COM PAÍSES DA CPLP E O ENSINO SUPERIOR	6
OS ESTUDANTES NACIONAIS DE PAÍSES DA CPLP NO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS: TENDÊNCIAS DA SUA EVOLUÇÃO (1995-2012)	11
EVOLUÇÃO GERAL	11
NACIONALIDADE E GÉNERO	13
SUBSISTEMAS E TIPOS DE ENSINO	15
GRAUS ACADÉMICOS E ÁREAS DE FORMAÇÃO	17
INSTITUIÇÕES E REGIÕES	21
CONDIÇÕES DE ACESSO E INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
ANEXOS	27

SUMÁRIO EXECUTIVO

OPORTUNIDADE DO ESTUDO

A internacionalização do ensino superior português constitui um objetivo largamente partilhado, entre responsáveis políticos de vários quadrantes e dirigentes das instituições, como uma das formas de promover a competitividade do país. No momento em que, por razões demográficas e socioeconómicas, se verifica um constrangimento da procura nacional de formação superior, essa internacionalização assume uma relevância acrescida.

Ora os estudantes originários de países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) representam o grupo mais numeroso entre os estudantes estrangeiros que frequentam o ensino superior em Portugal. Para esse facto, não será certamente irrelevante a relação privilegiada existente entre Portugal e os demais países da CPLP, assente em fortes laços histórico-culturais, que se expressam na partilha de uma língua comum. Uma relação favorecida também pela política portuguesa de cooperação que tem como principais destinatários.

OBJETIVOS

Os principais objetivos do trabalho são:

1. Definir o enquadramento gerado pela política portuguesa de cooperação com os países da CPLP no que diz respeito, em particular, ao ensino superior;
2. Identificar e caracterizar as principais tendências da evolução da frequência do ensino superior em Portugal pelos estudantes oriundos dos países da CPLP.

A população alvo, relativamente à qual são válidas as conclusões extraídas no presente estudo, é constituída pelos estudantes estrangeiros nacionais de países da CPLP inscritos num estabelecimento de ensino superior português por um período mínimo de um ano

FONTES E PERÍODO TEMPORAL

Os dados apresentados relativos aos estudantes oriundos dos países da CPLP inscritos em instituições de ensino superior em Portugal têm como fonte o inquérito estatístico anual aos alunos do ensino superior (RAIDES) realizado pelo Ministério da Educação. Trata-se de um Instrumento de notação do Sistema Estatístico Nacional que abrange todos os estabelecimentos de ensino superior (público e privado). Foram ainda consultadas, a título complementar, as estatísticas reunidas pelo antigo IPAD (sobre bolsas de estudo) e do SEF (população estrangeira residente em Portugal).

Foi construída uma série de dezassete anos de duração para um conjunto de variáveis relativas aos estudantes inscritos. Para o ano de 2011/12, procedeu-se à observação do comportamento de variáveis adicionais, tais como a distribuição dos inscritos por idade, por instituição, por nível de formação, por área de educação e formação, por regime de acesso ou ainda pela sua distribuição geográfica (NUTS II).

A POLÍTICA PORTUGUESA DE COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES DA CPLP E O ENSINO SUPERIOR

Em consequência dos vínculos pós-coloniais, históricos, culturais, económicos e políticos, que continuam a unir os Estados que emergiram do processo da descolonização e Portugal, alargou-se a frequência de estabelecimentos de ensino superior português por nacionais desses países. Esse alargamento resultou de um movimento migratório anterior, que constituiu em Portugal importantes comunidades originárias das antigas colónias, mas também das oportunidades que se geram através das políticas de cooperação.

A política de cooperação portuguesa teve início ainda na década de 1970, através de acordos estabelecidos com os novos Estados quase imediatamente após a sua independência. Desenvolveu-se de forma mais organizada desde o final dos anos 80 do século XX tem tomado a educação como um dos seus eixos principais de intervenção.

Após a readmissão no Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, a cooperação portuguesa seria muito influenciada pela participação no Comité. A ajuda, destinada quase em

exclusivo aos Países da Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) e depois também a Timor-Leste, concentrava-se nas áreas da saúde e da administração pública e principalmente na da educação, em especial através do apoio ao ensino superior e da concessão de bolsas de estudo, sobretudo para frequência de estabelecimentos de ensino em Portugal. Estava previsto desde 1988 um regime especial de ingresso no ensino superior português para bolseiros nacionais dos PALOP (alargado depois aos timorenses) que solicitassem esse ingresso por via diplomática, nos termos dos acordos bilaterais.

A política de concessão de bolsas de estudo constituía uma das dimensões fundamentais da cooperação portuguesa, tendo um impacto considerável nos países de origem dos beneficiários e nas instituições que os acolhiam. O número máximo de bolsas foi atribuído no ano letivo de 1993/94. No contexto de uma maior consolidação da política portuguesa de cooperação (ainda que sem um aumento significativo dos meios financeiros) e após a avaliação do CAD, em 2001, a política de bolsas seguiu uma nova orientação que passou pela sua acentuada redução. No entanto, a evolução dos efetivos globais não foi muito afetada pela variação do número de bolsas concedidas.

A evolução desses efetivos dependeu de outras circunstâncias, nomeadamente da disposição e das condições dos estudantes para estudarem no estrangeiro e dos apoios que contaram em programas internacionais ou dos seus próprios países. Por outro lado, a política portuguesa de imigração, transpondo para o direito interno diretivas da União Europeia, aprovou normas favoráveis ao acolhimento de estudantes estrangeiros. O II Plano para a Integração dos Imigrantes, 2010/13 viria também alargar aos estudantes estrangeiros o acesso aos apoios da ação social escolar em todos os graus de ensino e, por isso, também no ensino superior. Finalmente, as próprias instituições adotou medidas para atração de estudantes estrangeiros.

Estas providências, que se destinam a promover a internacionalização do ensino superior, não se dirigem particularmente aos estudantes oriundos de países da CPLP. No entanto, são eles que estão em melhores condições de as aproveitar, por razões históricas e linguísticas, e pela dimensão das comunidades de nacionais da CPLP residentes em Portugal.

OS ESTUDANTES NACIONAIS DE PAÍSES DA CPLP NO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS: TENDÊNCIAS DA SUA EVOLUÇÃO (1995-2012)

EVOLUÇÃO GERAL

Nos últimos dezassete anos, o número de alunos estrangeiros nacionais de países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que frequentam instituições de ensino superior em Portugal conheceu um crescimento muito significativo. De um total de pouco mais de 4000 estudantes no ano letivo de 1995/96, os efetivos elevavam-se a perto de 15.000, em 2011/12, o que indica um crescimento anual acumulado de 7,9%.

Trata-se de um crescimento forte, que elevou o peso deste conjunto de estudantes no total de inscritos de 1,28% para 3,8%. É também um crescimento consistente, sem oscilações de maior. Em 2006/07 e 2007/08, registou-se uma relativa estagnação, que dá lugar a uma quebra de cerca de 3% no ano seguinte. O aumento retoma a partir de então, tornando-se mais intenso nos últimos dois anos, de tal forma que o último ano marca um máximo histórico. O ritmo de crescimento no período mais recente é apesar de tudo inferior ao do número de estudantes de países estrangeiros exteriores à CPLP.

NACIONALIDADE, GÉNERO E COMPOSIÇÃO ETÁRIA

A estabilidade e consistência global da evolução do contingente de alunos da CPLP é a resultante de movimentos de sentido contrário. Basta considerar as variações por nacionalidade ou por género, para que se evidenciem evoluções contrastantes, que acabam por se compensar. Inicialmente, o crescimento fica a dever-se ao aumento de inscritos naturais dos PALOP (em particular de angolanos e cabo-verdianos), que até 2006/07 representavam mais de 80% dos originários da CPLP. Depois, inverte-se a tendência. Os matriculados oriundos dos PALOP diminuem até 2010/11, mas desde 2008/09 o crescimento dos de nacionalidade brasileira mais do que compensa a redução dos africanos. Em consequência desta evolução, nos dois últimos anos, o peso dos brasileiros eleva-se a quase 40% do total de estudantes da CPLP.

A evolução não é menos diferenciada quanto à sua repartição por género e as variações acham-se mesmo em boa parte associadas. Até 2007/08, os estudantes do sexo masculino constituem de forma

consistente a maioria (em média 53% do total). Desde o ano seguinte até final do período, existem apenas dois países em que as mulheres são em maior número do que os homens: o Brasil (58,6%) e Cabo-Verde (54%). Para os restantes PALOP, mantém-se o predomínio global dos estudantes verifica-se uma rápida inversão da situação. A esta mudança não é estranha a mudança da composição nacional, pois do sexo masculino.

No que diz respeito à composição etária, o intervalo com maior número de efetivos é o que se situa entre os 23 e os 29 anos de idade (36,7%), seguido do grupo com menos de 23 anos (22,9%). Os menores de 30 anos constituem quase 60% do conjunto, uma composição etária que, à exceção dos cabo-verdianos é bastante menos jovem do que a dos estudantes portugueses e estrangeiros exteriores à CPLP. Quando relacionamos a distribuição etária com o género, encontramos um padrão que revela uma composição mais jovem do conjunto de estudantes do sexo feminino.

SUBSISTEMAS E TIPOS DE ENSINO

No que diz respeito à repartição por subsistemas e tipos de ensino verifica-se o predomínio consistente, ao longo de todo o período em estudo, do ensino público e do ensino universitário. Pode dizer-se que, com algumas pequenas oscilações, perto de três quartos dos alunos da CPLP que frequentam o ensino superior português estão inscritos no ensino público (em média 74%). Do mesmo modo, regista-se uma clara preponderância ainda mais elevada do ensino universitário, de perto de 80%. A ordem das preferências é a mesma durante todo o período, ainda que com oscilações nas proporções relativas: ensino universitário público; ensino universitário particular e cooperativo; ensino superior politécnico público; e, finalmente, o ensino superior politécnico particular e cooperativo.

As principais variações ao longo do período resultam de uma certa diminuição da importância relativa do ensino universitário público e do correspondente aumento do ensino universitário particular (de 20 para 23%). A partir de 2008/09, a percentagem de alunos no ensino superior politécnico público também sobe (para mais de 5% no último ano).

GRAUS ACADÉMICOS E ÁREAS DE FORMAÇÃO

É necessário ter em consideração as alterações ao sistema de graus académicos, em particular as que foram introduzidas no contexto do chamado «processo de Bolonha». As licenciaturas, que no início do período em estudo eram já o grau académico mais procurado (74,6%), reforçaram a sua posição (até 91,6% dos discentes em 2001/02), mantendo-se a um nível muito alto até 2005/06 (88,8%). No ano seguinte, atingiam o ponto máximo em termos absolutos, mas iniciavam uma rota descendente em termos relativos, por via do fortíssimo crescimento da procura de cursos de mestrado. Este crescimento coincide com a introdução da reforma dos graus académicos aprovada por ocasião do processo de Bolonha.

Desde 2005/06, o número de alunos da CPLP inscritos em programas de mestrado multiplica-se por mais de cinco e a sua quota sobe de 4,9% a 31,6%. Os candidatos a doutoramento crescem ainda mais rapidamente, constituindo, em 2011/12, 12,3% do total de estudantes da CPLP. Entre os brasileiros, estão em maioria os que seguem estudos de pós-graduação, representando em média 56% desde 2007/08.

A repartição por áreas científicas de formação A repartição por áreas científicas de formação revela o claro predomínio da área das Ciências Sociais, Comércio e Direito que atrai, em média, ao longo do período considerado, quase metade do total dos estudantes (48,3%). Este predomínio diminuiu de 55,7% em 2006/07 para 44,2% no último ano e é mais expressivo ao nível da licenciatura do que de mestrado ou doutoramento. A segunda área em que se concentra maior parcela de alunos é, a larga distância, a de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção, que reúne, em média, 17,5% do conjunto, sendo mais forte a nível de pós-graduação e não revelando tendência assinalável de crescimento. Abaixo destas duas áreas de formação, ficam, também a 6 considerável distância, três outros domínios do conhecimento, com níveis de representatividade média muito semelhantes: Saúde e Proteção Social (com 7,4% dos inscritos), Ciências, Matemática e Informática (com 7,3%) e Artes e Humanidades (7,1%), a primeira em diminuição e as duas últimas, principalmente a última, em crescimento (por recrutamento de estudantes brasileiros).

Para além de uma certa tendência geral para a feminização, observa-se uma divisão sexual das preferências que em alguns casos é muito pronunciada. Assim, encontramos áreas de eleição de um dos géneros, como acontece, do lado feminino, com as de Educação e de Saúde e Proteção Social (com taxas de feminização crescentes e superiores a 70%) e, do lado masculino, com a de Engenharia, Indústria Transformadora e Construção (com uma concentração também superior a 70%) e, em menor escala, a de Ciências, Matemática e Informática.

Esta divisão por géneros corresponde afinal a um perfil tradicional. Mesmo num contexto de alargamento do acesso das mulheres ao ensino superior, os estereótipos da divisão sexual do trabalho acabam por determinar as escolhas das áreas que dão acesso a profissões tidas por caracteristicamente masculinas ou femininas.

INSTITUIÇÕES E REGIÕES

Ao longo de todo período, há um núcleo de universidades públicas que se situam de forma persistente entre as instituições com maior número de inscritos provenientes de países da CPLP. A Universidade de Coimbra, as quatro instituições universitárias públicas de Lisboa (Universidade de Lisboa, Universidade Técnica, Universidade Nova e ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa), a Universidade do Porto, a Universidade do Minho e a Universidade Aberta figuram sempre no topo da lista dos estabelecimentos mais procurados pelos estudantes da CPLP. Há apenas duas instituições que não pertencem ao subsistema universitário público que também surgem regularmente nos primeiros lugares das listas: uma universidade particular (a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias que constitui um caso especial pelo número de alunos que atrai) e um instituto politécnico público (o Instituto Politécnico de Lisboa).

No primeiro como no último ano da série, a Universidade de Coimbra figura em primeiro lugar entre as instituições que mais estudantes da CPLP atraem, tendo registado um forte crescimento nos últimos cinco anos. Sendo a mais antiga das universidades portuguesas, goza de um prestígio considerável nos países de língua portuguesa, mormente no Brasil. É, a par do ISCTE-IUL, a que tem uma percentagem mais elevada de inscritos em cursos de licenciatura. Pelo contrário, as principais universidades públicas do norte do País (Universidade do Porto, Universidade do Minho e Universidade de Aveiro) são aquelas em que os candidatos a doutoramento têm um peso relativo superior.

A repartição dos alunos da CPLP pelos estabelecimentos de ensino superior indicia uma distribuição regional fortemente concentrada. De facto, somente três regiões — Lisboa e Vale do Tejo, Norte e Centro — reúnem a larga maioria dos inscritos, mais de 90% durante todo o período considerado. O mesmo acontece com a distribuição distrital, pois apenas quatro distritos — Lisboa, Coimbra, Porto e Braga — congregam de forma consistente cerca de 80% dos alunos da CPLP.

CONDIÇÕES DE ACESSO E INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR

A entrada no ensino superior em Portugal é regulada pelo Estado, que determina os requisitos mínimos de acesso e fixa o número de vagas dos cursos de formação inicial oferecidos por todas as instituições estabelecendo ainda os regimes de ingresso nas instituições públicas. Estes regimes são abertos aos estudantes estrangeiros que podem beneficiar de condições propícias ao cumprimento dos respetivos preceitos, como por exemplo a admissibilidade de habilitações de acesso adquiridas no estrangeiro ou de provas de ingresso aí realizadas. A abertura da possibilidade de transferência e de reconhecimento dos créditos obtidos em instituições estrangeiras é também uma condição favorável. Finalmente existem regimes de ingresso, aprovados no quadro de políticas de cooperação internacional, que são especialmente dirigidos a estudantes dos PALOP e de Timor-Leste.

É identificar dois perfis diferentes, consoante completaram o grau anterior em Portugal ou num país estrangeiro. Aqueles que obtiveram as habilitações de acesso em Portugal ingressam em primeiro lugar (36,3%) através do regime geral, enquanto apenas 15,4% dos que concluíram o grau anterior no estrangeiro entram por esta via, ingressando principalmente através de transferência (35%). Entre os que adquiriram as habilitações anteriores em Portugal, perto de um quarto dos estudantes ingressaram através das provas especiais para maiores de 23 anos.

Os regimes especiais criados propositadamente para facilitar a entrada no ensino superior português aos estudantes nacionais dos PALOP e de Timor Leste acabam por aproveitar a apenas alguns. É entre os santomenses que é maior a proporção dos que acedem ao ensino superior através desses regimes (46,2%), seguindo-se os guineenses (35,8%), os cabo-verdianos (34,4%), os timorenses (32,1%), os

moçambicanos (31,8%) e finalmente os Angolanos (1,7%) que quase só excepcionalmente usufruem das facilidades que lhes são concedidas, o facto de só uma pequena parte usufruírem de uma bolsa de estudo constitui, para muitos, um impedimento a que possam beneficiar do regime especial de acesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ensino superior, em Portugal, verifica-se uma acentuada expansão da internacionalização que no período mais recente se manifesta na capacidade de as instituições de ensino superior atraírem estudantes estrangeiros de várias nacionalidades e quadrantes geográficos. Mas, ao mesmo tempo, reproduz-se a presença, nas instituições de ensino superior em Portugal, de um importante grupo de estudantes estrangeiros, cidadãos de Estados que integram na Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

A análise de uma série temporal de dezassete anos indica que, sob uma aparente estabilidade e uma tendência para um crescimento moderado que eleva a sua representatividade no total de estudantes (mas não no total de estudantes estrangeiros), se verificam fortes variações na composição desse grupo. Assiste-se, assim, ao alargamento da quota-parte dos nacionais do Brasil e dos estudantes de pós-graduação e ao grande aumento das mulheres (e à correlativa diminuição dos africanos, em especial angolanos e cabo-verdianos, e dos homens).

No contexto das migrações internacionais e da globalização, Portugal continua a oferecer um destino de eleição aos nacionais da CPLP, em virtude dos vínculos históricos, linguísticos e pós-coloniais, que encontram mesmo uma nova atualidade, por exemplo, para os numerosos estudantes brasileiros que nos últimos anos se transferem para as universidades portuguesas.

INTRODUÇÃO

A internacionalização do ensino superior português constitui um objetivo largamente partilhado, entre responsáveis políticos e dirigentes das instituições de ensino superior. No momento em que, por razões demográficas e socioeconómicas, se verifica um constrangimento da procura nacional de formação superior, essa internacionalização assume uma relevância acrescida.

Ora os estudantes originários de países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) representam o grupo mais numeroso entre os estudantes estrangeiros que frequentam o ensino superior em Portugal. Para esse facto, não será certamente irrelevante a relação privilegiada existente entre Portugal e os demais países da CPLP, assente em fortes laços histórico-culturais, que se expressam na partilha de uma língua comum. Uma relação favorecida também pela política portuguesa de cooperação que toma como instrumentos, por exemplo, o estabelecimento de regimes especiais de acesso ao ensino superior, da concessão de bolsas de estudo e de condições que agilizam o processo burocrático (nomeadamente a concessão de vistos e autorizações de residência) com que se depara qualquer estudante estrangeiro que pretenda frequentar um estabelecimento de ensino superior em Portugal.

Os principais objetivos deste estudo são:

- 1) Definição do enquadramento gerado pela política portuguesa de cooperação com os países da CPLP no que diz respeito, em particular, ao ensino superior; matéria que contribui para discernir as condições de ordem institucional e legal da presença de estudantes da CPLP no ensino superior português e para explicar algumas das variações nos efetivos, nas características, nos rumos e nas escolhas desses estudantes ao longo dos anos;
- 2) Identificação e caracterização das principais tendências da evolução da frequência do ensino superior em Portugal pelos estudantes oriundos dos países da CPLP.

A POLÍTICA PORTUGUESA DE COOPERAÇÃO COM PAÍSES DA CPLP E O ENSINO SUPERIOR

Em consequência dos vínculos pós-coloniais, históricos, culturais, económicos e políticos, que continuam a unir os Estados que emergiram do processo da descolonização e Portugal, alargou-se a frequência de estabelecimentos de ensino superior português por nacionais desses países. Esse alargamento resultou de um movimento migratório anterior, que constituiu em Portugal importantes comunidades originárias das antigas colónias, mas também de um movimento especificamente orientado para o aproveitamento de oportunidades educativas escassas que se geram, em parte, através das políticas públicas desenvolvidas tanto pelos novos Estados como pelo Estado português.

A assunção de responsabilidades históricas por Portugal relativamente à situação das suas antigas colónias determinou, apesar das limitações dos recursos, a adoção de uma política de cooperação especialmente orientada para a ajuda ao desenvolvimento dos Estados que acederam à independência no termo do processo de descolonização portuguesa. A comunidade internacional e, em particular as agências especializadas, têm advogado a concentração em políticas de cooperação que visem a criação de uma capacidade própria nas sociedades destinatárias que lhes permita conduzir o seu desenvolvimento e prescindir a prazo das ajudas internacionais.

A formação de recursos humanos, dos futuros quadros técnicos e dirigentes das administrações públicas e das empresas, mas também de uma mão-de-obra tecnicamente mais preparada, constitui a trave-mestra deste processo de capacitação. Deste modo, a educação – entendida em sentido amplo, incluindo a formação técnico-profissional – terá de estar no centro destas políticas, para que possam atingir os resultados pretendidos.

A política de cooperação portuguesa teve início ainda na década de 1970, através de acordos estabelecidos com os novos Estados quase imediatamente após a sua independência (Ferro, 2010: 55-63). Desenvolveu-se de forma mais organizada desde o final dos anos 80 do século XX e, apesar de oscilações e incertezas, tem tomado a educação como um dos seus eixos principais de intervenção.

Antes, os problemas resultantes da descolonização e as próprias dificuldades internas não permitiram a prossecução de uma política minimamente consistente.

As primeiras formas de coordenação e avaliação das iniciativas de cooperação estabelecem-se a partir de 1989, no contexto da preparação da readmissão de Portugal no Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE (de que fora fundador em 1961, mas de que se retirara em 1974, reingressando em 1991), muito por força da adesão às comunidades europeias e ao crescimento económico da segunda metade dos anos 1980 (Mesquita, 2005: 2; Mourato, 2011: 32). A cooperação portuguesa seria a partir de então muito influenciada pela participação no Comité ainda que os problemas que por ele foram identificados em sucessivas avaliações (1993, 1997), como o excesso de ambição dos objetivos, a falta de recursos e a escassa coordenação se tenham mostrado persistentes (IPAD, 2010: 175-176).

Em todo o caso, era já discernível uma certa orientação, adotada de modo informal, nas ações de desenvolvidas, visando a cooperação bilateral, quase em exclusivo, com os Países Africanos de Língua Portuguesa. A ajuda concentrava-se nas áreas da saúde e da administração pública e principalmente na da educação, em especial através do apoio ao ensino superior em todos os países, com exceção de São Tomé e Príncipe, e da concessão de bolsas de estudo, sobretudo para frequência de estabelecimentos de ensino em Portugal (RCM, n.º 43/99)¹. Em articulação com a atribuição de bolsas de estudo, estava previsto desde 1988 um regime especial de ingresso no ensino superior português para estudantes nacionais dos PALOP que solicitassem esse ingresso por via diplomática, nos termos dos acordos bilaterais estabelecidos entre Portugal e esses países, e fossem bolseiros do Estado português, ou do país de origem, ou ao abrigo de convenções internacionais celebradas com a Comunidade Europeia ou da Fundação Calouste Gulbenkian².

As regras assim estabelecidas, que foram mais tarde alargadas aos naturais de Timor-Leste, conformam no essencial os regimes especiais de acesso que ainda hoje se encontram em vigor. Nesse tempo, a política de concessão de bolsas de estudo constituía uma das dimensões fundamentais da cooperação portuguesa, tendo um impacto considerável nos países de origem dos beneficiários e nas instituições que os acolhiam. O número de bolsas atribuídas no ano letivo de 1993/1994 não voltou a ser atingido: foram então concedidas 1739, sendo 1061 de ensino e 678 de formação profissional (IPAD, 2010: 204). Em 1995/96, o número total de bolsas tinha já diminuído significativamente para 1.046, embora as que tinham como destinatários estudantes angolanos continuassem a crescer até 1997/98. Atendendo a que os nacionais dos PALOP inscritos em instituições de ensino superior portuguesas eram pouco mais de 3.000, as bolsas apoiavam uma parte significativa dos alunos admitidos. A parte que cabia à pós-graduação era ainda diminuta: um pouco mais de 3% para mestrados e doutoramentos, de que beneficiavam apenas estudantes de Angola e Moçambique, os únicos países que possuíam um sistema próprio de ensino superior, criado, de resto, ainda em pleno período colonial. Entre 1996 e 1999/00, registou-se uma relativa estabilização no número de bolsas atribuídas, iniciando-se depois um declínio significativo.

A importância da participação no CAD/OCDE para o desenvolvimento da política de cooperação portuguesa é amplamente demonstrada com a aprovação do documento *A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI*, primeiro documento estratégico adotado pelo governo português que resulta diretamente das orientações aprovadas pouco tempo antes pelo Comité. A partir de então, embora continuasse a lutar com a escassez de meios – não se regista, apesar dos propósitos declarados e dos compromissos assumidos internacionalmente, um significativo aumento das dotações financeiras destinadas à cooperação relativamente ao PIB – a dispersão de iniciativas e a dificuldade de estabelecer prioridades, a ajuda ao desenvolvimento promovida por Portugal ganhou em consistência, designadamente no domínio institucional.

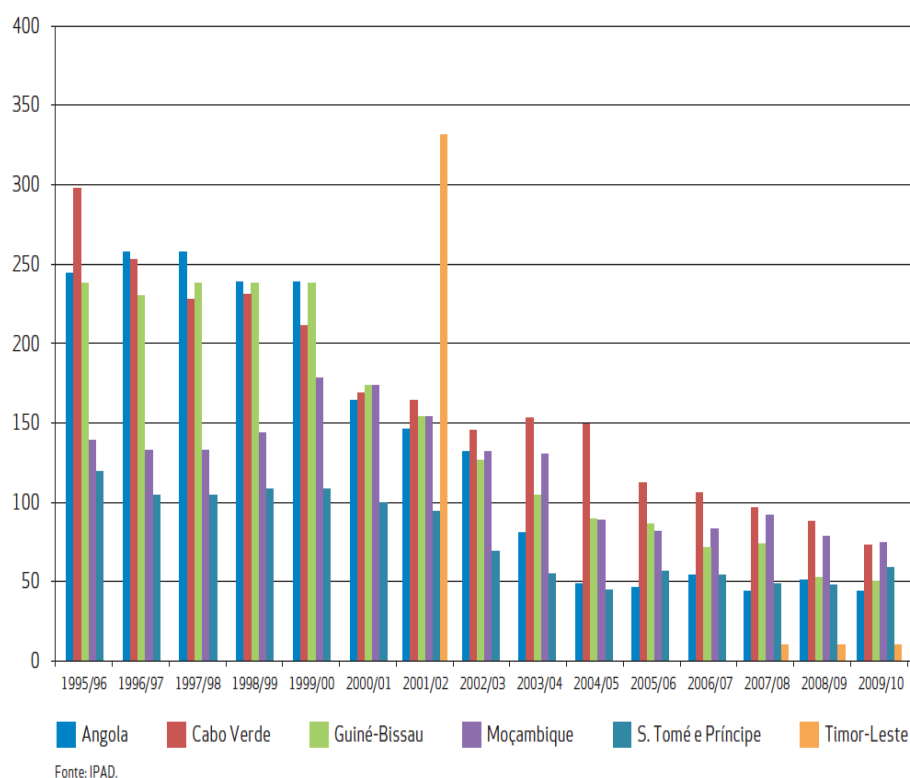
¹ *A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI*, documento aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros, n.º 43/99, publicada no *Diário da República*, I Série-B, n.º 115, de 18 de Maio.

² Portaria n.º 592-B/99, de 19 de *Julho*, que regulamentou o Decreto-Lei n.º 354/88, de 12 de Outubro.

Na sequência da aprovação daquele documento estratégico e novamente após a avaliação realizada pelo CAD em 2001, foram adotadas novas orientações relativamente à política de concessão de bolsas. O CAD questionou a eficácia dessa política no combate à pobreza – que deveria constituir a primeira das prioridades – uma vez que os seus beneficiários não pertenceriam às classes mais desfavorecidas, mas antes à classe média ou mesmo à elite. Além disso, seriam poucos os que regressavam ao país de origem, preferindo grande parte ficar em Portugal.

A acentuada redução do número de bolsas concedidas terá tido uma influência relativamente menor na evolução do contingente de estudantes da CPLP. É certo que, perante o aumento do custo real da frequência do ensino superior em Portugal, determinado pelo efeito conjugado do aumento das propinas, da inflação em geral e da valorização cambial da moeda na sequência da adesão ao Euro³, a diminuição dos auxílios poderá ter inibido alguns estudantes com menos recursos de ingressar no ensino superior em Portugal. Estamos, no entanto, perante efetivos globais cuja evolução, à exceção da relativa aos nacionais da Guiné-Bissau, não é muito afetada pela variação do número de bolsas concedidas. De resto, efetivos e bolsas nem sempre variam no mesmo sentido.

Figura 1
Bolsas de estudo concedidas



³ Esta foi uma das razões apontadas por estudantes angolanos para a maior dificuldade em se deslocarem para prosseguir estudos superiores em Portugal (Liberato, 2012: 122). Inversamente, a valorização do Real relativamente ao Euro terá facilitado a vinda de estudantes brasileiros em anos recentes.

Quadro 1
Evolução das bolsas concedidas (PALOP)

Ano lectivo	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	S. T. Príncipe	Total
1995/96	246	300	240	140	120	1046
1996/97	260	255	232	134	105	986
1997/98	260	230	240	134	105	969
1998/99	241	233	240	145	109	968
1999/00	241	213	240	180	109	983
2000/01	165	170	175	175	100	785
2001/02	147	165	155	155	95	617
2002/03	133	146	127	133	69	608
2003/04	81	154	105	131	55	526
2004/05	49	150	90	89	45	423
2005/06	46	113	87	82	57	385
2006/07	54	107	72	84	54	371
2007/08	44	97	74	92	49	356
2008/09	51	88	53	79	48	319
2009/10	44	73	50	75	59	301
Total	2062	2494	2180	1828	1179	9743

Fonte: IPAD.

Efetivamente há outras circunstâncias, para além da política de cooperação e das próprias condições especiais de abertura do ensino superior português a estudantes nacionais dos PALOP e mais tarde da CPLP, que permitem compreender as opções desses estudantes ao decidirem onde prosseguir os seus estudos de nível superior. Em primeiro lugar, não é necessário lembrar que o sistema de ensino superior português nunca foi o único sistema de ensino estrangeiro a que os nacionais dos PALOP têm acesso. No contexto da situação imediatamente posterior à descolonização e das inerentes tensões, os países que haviam apoiado de forma ativa os movimentos de libertação (União Soviética, países da Europa de Leste, Cuba) tornaram-se o destino de muitos dos que pretendiam prosseguir estudos superiores no estrangeiro. É certo que a migração para Portugal era um movimento de continuidade, em particular para aqueles em cujos países não existia oferta de ensino superior, e que, beneficiando da vantagem, nada desprecianda, da língua comum e de fortes laços históricos, o país continuava a ser o destino por assim dizer «natural» dos que aspiravam a prosseguir estudos de nível superior. Porém, o enervamento das relações pós-coloniais, para a qual a natureza desses mesmos laços históricos contribuía, desincentivou, durante algum tempo, a migração para Portugal com a finalidade expressa de frequentar o ensino superior.

Mais tarde, após a abertura dos regimes políticos dos novos Estados, em especial após a queda do muro de Berlim, os sistemas de ensino superior de outros países, nomeadamente dos mais desenvolvidos, tornaram-se também um destino possível e certamente apetecível para os estudantes dos PALOP. Acresce que o próprio Brasil, no desenvolvimento da sua política de reforço das relações entre países do hemisfério sul, e assumindo as consequências do seu crescimento económico, lançou um conjunto de ações de ajuda ao desenvolvimento, em particular a atribuição de vagas especiais e de bolsas para estudantes dos países em vias de desenvolvimento que pretendessem ingressar em estabelecimentos de ensino superior do Brasil. O “Programa de Estudante – Convénio de Graduação (PEC-G)”, coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores, foi criado em 1965 e, na última década, por força da língua comum, foi aproveitado principalmente por estudantes dos PALOP. Entre 2000 e 2013, foram aprovados 2657 candidatos de Cabo Verde, 1336 da Guiné-Bissau e 583 de Angola, 315 de São Tomé e Príncipe e 191 de Moçambique⁴. Sempre houve, portanto, alternativas ao ensino superior em Portugal que, inclusivamente, se reforçaram nos últimos tempos.

Por outro lado, a política portuguesa de imigração deixou de ter como destinatários quase exclusivos os nacionais dos PALOP e de Timor-Leste. O *I Plano para a Integração dos Imigrantes*, aprovado no quadro da regulação dos fluxos de imigrantes⁵, procurou criar condições mais favoráveis para a sua

⁴ Fonte: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.html>

⁵ Resolução de Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, publicada no *Diário da República*, I Série – n.º 85 – 3 de Maio de 2007.

recepção. No entanto, das medidas previstas, apenas uma, visando justamente promover o acolhimento dos estudantes estrangeiros, dizia respeito ao ensino superior e, em particular, às instituições em que eles ingressavam. Neste mesmo contexto, seria aprovado pela Lei n.º 23/2007, de 7 de Julho, o regime jurídico de entrada e permanência de estrangeiros, que transpôs para a ordem jurídica interna uma diretiva da União Europeia de 2004, facilitando a obtenção de vistos de residência para estudantes, prevendo a autorização para a prestação de trabalho a tempo parcial e possibilitando o reagrupamento familiar (SEF-REM, 2012).

Estas disposições mais favoráveis à entrada e permanência de estudantes estrangeiros em Portugal foram acompanhadas de providências que facilitaram o seu acesso ao ensino superior. Além do mais fácil e rápido reconhecimento de habilitações e da admissibilidade como provas de ingresso de exames finais de disciplinas de cursos estrangeiros legalmente equivalentes ao ensino secundário português, foi alargada aos cidadãos estrangeiros, ainda em 2007, a possibilidade de entrada por transferência⁶.

Quadro 2
Residentes estrangeiros e estudantes

País	Residentes			Estudantes	
	Total	H	M	N.º	%
Angola	20366	9639	10727	3501	17,2
Cabo Verde	42857	20200	22657	3319	7,7
Guiné-Bissau	17759	9946	7813	462	2,6
Moçambique	2909	1274	1635	674	23,2
S. Tomé e Príncipe	10376	4732	5644	823	7,9
<i>Subtotal PALOP</i>	<i>94267</i>	<i>45791</i>	<i>48476</i>	<i>8779</i>	<i>9,3</i>
Brasil	105622	44127	61495	5938	5,6
Timor-Leste	303	198	105	153	50,5
<i>Subtotal CPLP</i>	<i>200192</i>	<i>90116</i>	<i>110076</i>	<i>14870</i>	<i>7,4</i>
Outros estrangeiros	216850	116397	100453	9231	4,3
Total	417042	206513	210529	24101	5,8

Fonte: SEF (2012) e DGEEC/MEC.

Mais tarde o *II Plano para a Integração dos Imigrantes, 2010-2013*⁷, além de retomar a medida de promoção do acolhimento dos estudantes internacionais prevista no plano anterior, que, visivelmente, não fora ainda concretizada em termos tais que tivesse produzido os efeitos pretendidos, viria também alargar aos estudantes estrangeiros o acesso aos apoios da ação social escolar em todos os graus de ensino e, por isso, também no ensino superior.

Finalmente, as próprias instituições desenvolveram estratégias no sentido de reforçar a sua internacionalização, não apenas na esfera da investigação científica, o que já faziam há anos, mas na do próprio ensino. Adotaram assim disposições no sentido de melhorar o acolhimento dos estudantes e de prestar eventuais apoios. Perante a importância crescente dos estudantes estrangeiros no ensino superior em Portugal e, em especial, no ensino universitário, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas propôs recentemente ao governo a aprovação de um estatuto de estudante internacional.

Todas estas providências, que se destinam a promover a internacionalização do ensino superior não se dirigem apenas, nem sequer particularmente, aos estudantes oriundos de países da CPLP. No entanto, são eles que estão em melhores condições de as aproveitar. Recorde-se que, por razões históricas e linguísticas, a dimensão das comunidades de nacionais da CPLP residentes em Portugal proporciona aos estudantes a inclusão em redes familiares e de sociabilidade que facilitam a sua integração. Além disso, muitos têm já um percurso anterior de vida e estudo em Portugal. As políticas prosseguidas pelo Estado e pelas instituições de ensino superior vêm reforçar essas vantagens.

⁶ Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril.

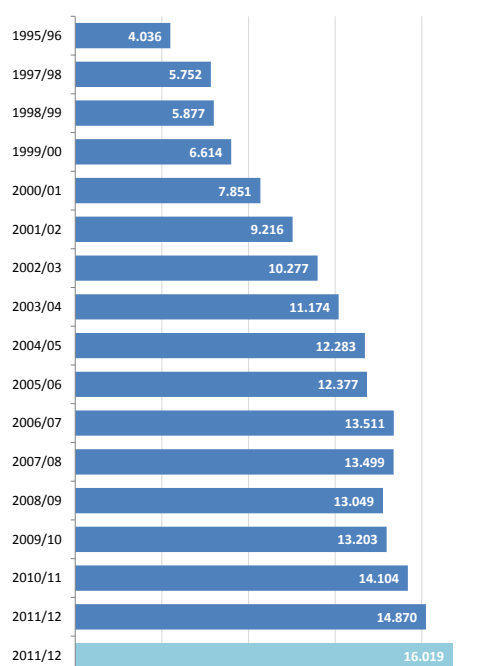
⁷ Aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 74/2010.

OS ESTUDANTES NACIONAIS DE PAÍSES DA CPLP NO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS: TENDÊNCIAS DA SUA EVOLUÇÃO (1995-2012)

EVOLUÇÃO GERAL

Nos últimos dezassete anos, o número de alunos estrangeiros nacionais de países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)⁸ que frequentaram instituições de ensino superior em Portugal — o universo que constitui objeto deste estudo — conheceu um crescimento muito significativo. De um total de pouco mais de quatro mil estudantes no ano letivo de 1995/96, os efetivos elevavam-se a perto de quinze mil, em 2011/12, o que indica um crescimento anual acumulado de 8% (Figura 2)⁹.

Figura 2
Evolução dos inscritos da CPLP de 1995/96 a 2011/12



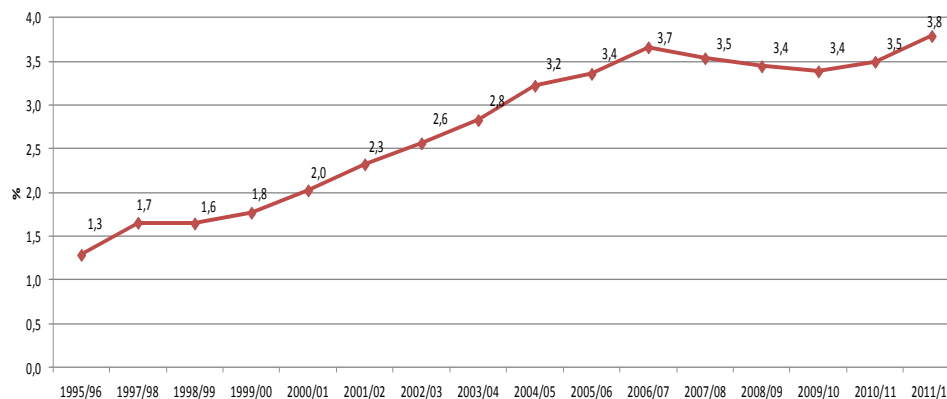
Trata-se de um crescimento globalmente consistente. A tendência crescente desenvolve-se até ao ano letivo de 2006/07, com uma taxa de crescimento anual acumulada de 12%, que na fase mais intensa, entre 1999/00 e 2004/05, se aproxima mesmo dos 13%. Em 2002/03, o número de inscritos eleva-se pela primeira vez a mais de dez mil. Em 2006/07 e 2007/08, registou-se uma estagnação relativa, que dá lugar a uma quebra de cerca de 3% no ano seguinte. O aumento retoma a partir de então, tornando-se mais intenso nos últimos dois anos (7% e 5% respetivamente), de tal forma que o último ano marca um máximo histórico de 14.870 inscritos (total de alunos inscritos numa instituição de ensino superior, incluindo os inscritos em programas de mobilidade internacional de duração mínima de 12 meses).

⁸ Doravante quando nos referirmos a estudantes da CPLP ou a estudantes de países da CPLP deve entender-se que nos estamos a reportar a estudantes oriundos dos países *estrangeiros* que integram a CPLP, com exclusão dos Portugueses, embora Portugal também integra essa comunidade.

⁹ Os dados que constituem a série estatística que é objeto de análise no presente artigo referem-se ao universo constituído pelo total de inscritos, incluindo os participantes em programas de mobilidade com duração mínima de um ano. Para o último ano, são apresentados dois resultados, em duas colunas diferentes: o primeiro refere-se ao mesmo universo dos anos anteriores; e o segundo inclui os participantes em programas de mobilidade com duração mínima de três meses. Para o ano letivo de 1996/1997, não existe informação disponível.

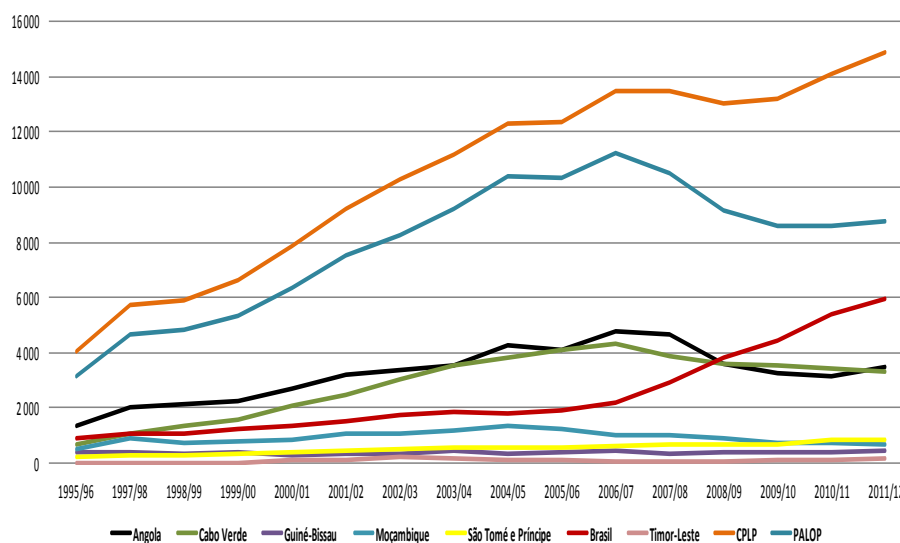
E é também um crescimento forte pelas suas proporções, tanto em termos absolutos, como em termos relativos, pois o peso deste conjunto de estudantes no total de inscritos, mantendo-se relativamente reduzido, aumentou mesmo assim de 1% para 4% (Figura 3).

Figura 3
Evolução do peso dos inscritos da CPLP no total dos inscritos



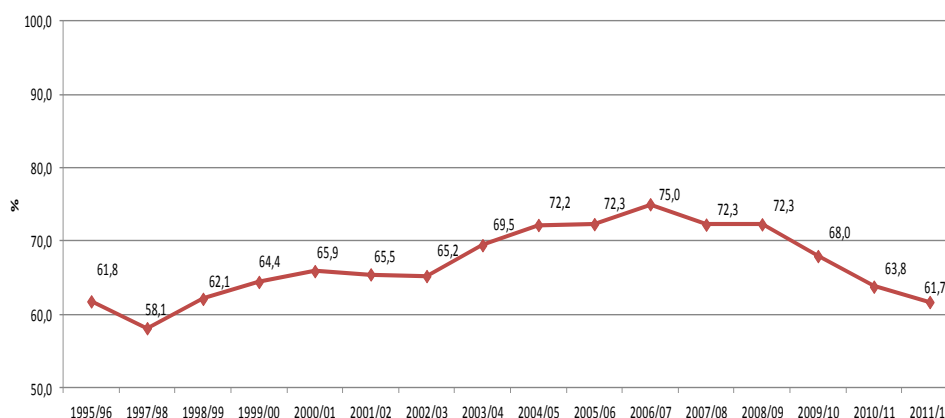
Apesar de mais rápido, o ritmo de crescimento no período mais recente é claramente inferior ao do número de estudantes de países estrangeiros exteriores à CPLP, que atingiu 24%, 29% e 15% nos três últimos anos. Revela-se assim uma nova tendência para uma internacionalização não apenas mais forte (a proporção de estudantes estrangeiros supera os 6% no último ano), mas principalmente mais diversificada (Figura 4).

Figura 4
Evolução dos inscritos da CPLP de 1995/96 a 2011/12



O grupo de alunos estrangeiros, que cresceu somente 25% em dez anos, entre 1997/98 e 2007/08, aumentou 84% em apenas três, desde 2008/09. Contribuiu portanto significativamente para o aumento geral do número de alunos entre 2009/10 e 2010/11 (13% do número adicional de alunos) e para mitigar a redução total de 3% que se verificou no último ano (sendo o incremento registado entre os estrangeiros equivalente a 11% da diminuição do número total de alunos). O contributo dos alunos oriundos da CPLP foi claramente menor, com uma participação no crescimento de 6,6% e na contenção da quebra de 6,8%.

Figura 5
Evolução do peso dos inscritos da CPLP no total dos inscritos estrangeiros



A importância relativa dos alunos estrangeiros e em particular dos que vêm de fora da CPLP é ainda mais elevada quando consideramos também aqueles que frequentam as instituições portuguesas de ensino superior em regime de mobilidade por períodos inferiores a um ano (por três ou seis meses), uma informação que se encontra apenas disponível para o último ano. Quando incluímos estes estudantes em mobilidade de curta duração, o número de estrangeiros eleva-se de 24.101 para 29.045 e a sua proporção de 6% a 7% no total de inscritos (de 14.870 a 16.019 e de 3,8% a 4%, no caso dos naturais de países da CPLP)¹⁰.

NACIONALIDADE E GÉNERO

A evolução do conjunto de estudantes inscritos oriundos da CPLP revela um comportamento mais estável e consistente que contrasta com a maior flutuação dos restantes estudantes estrangeiros. Contudo, a maior estabilidade e consistência global da evolução do contingente de alunos da CPLP é a resultante de movimentos de sentido contrário que de certo modo oculta. Basta, de facto, descer um patamar na análise dos dados, considerando as variações por nacionalidade ou por género, para que se evidenciem evoluções contrastantes, que acabam por se compensar.

Tome-se, em primeiro lugar, a evolução por nacionalidade, que se caracteriza por comportamentos relativamente diferenciados ao longo do período em análise. No início do período, os inscritos naturais de países africanos de língua portuguesa (PALOP) representavam cerca de 80% dos originários da CPLP. Essa percentagem chegou a 84,5% em 2004/05, mantendo-se acima de 83% nos dois anos subsequentes. Significa isto que a maior parte do crescimento durante a fase inicial de expansão, até 2006/07, fica a dever-se à entrada de um maior contingente de alunos dos PALOP, em particular de angolanos e cabo-verdianos (que desde 2000/01 representam mais de $\frac{3}{4}$ dos africanos). O número de estudantes africanos regista então um incremento a uma taxa anual cumulativa de 12%, enquanto o quantitativo de estudantes brasileiros aumenta mais lentamente (a uma taxa de 9%), verificando-se portanto uma redução da sua parte no conjunto dos inscritos da CPLP.

Depois de 2006/07, inverte-se a tendência. Os matriculados oriundos dos PALOP diminuem até 2010/11 a uma taxa anual de 7%. Esta redução é maior no caso dos angolanos do que entre os cabo-verdianos: a média dos três anos letivos entre 2008/09 e 2010/11 é inferior em 26% à dos três anos anteriores para os angolanos e em 14% para os cabo-verdianos. Desta quebra resulta, até 2008/09, uma contração, ainda que menor, do total dos estudantes da CPLP.

A partir de então, porém, o crescimento dos inscritos de nacionalidade brasileira mais do que compensa a redução dos de origem africana. O aumento gradual que se notava desde 1999/00 intensifica-se a partir de 2007/08 (com taxas superiores a 30% nesse ano e no ano seguinte), atingindo uma taxa anual acumulada de 19% até final do período em estudo. Em consequência desta evolução, nos dois últimos anos, o peso dos inscritos oriundos do Brasil eleva-se a quase 40% do total de

¹⁰ Para acesso a informação mais completa e discriminada, vide Anexo A.

estudantes da CPLP, uma proporção que sobe a 44% quando se contabilizam também aqueles que se encontram em regime de mobilidade por períodos inferiores a um ano, situação em que se encontram 1.144 brasileiros mas apenas 5 estudantes dos PALOP (e nenhum de Timor-Leste).

O Brasil é assim, desde 2008/09, o país, entre os que integram a CPLP, que fornece o maior contingente de inscritos em instituições de ensino superior portuguesas, contando a partir do ano seguinte mais de um terço do total. Seguem-se Angola, que até esse mesmo ano letivo ocupava de forma consistente o primeiro lugar com uma quota-parte superior a um terço, que diminuiu nos últimos anos para valores na ordem dos 22% ou 23%, e Cabo-Verde que, depois de um forte crescimento, que fez subir a sua quota-parte a mais de 30% entre 2003/04 e 2006/2007, viu gradualmente reduzida a sua representatividade para pouco mais de 22%. Estes três países, no seu conjunto, representam em média, nos últimos seis anos, 85% dos alunos da CPLP, uma proporção que tem vindo a crescer consistentemente. Os demais países têm quotas muito inferiores, nenhuma delas ultrapassando 6%, embora seja de referir que, relativamente à sua população, São Tomé e Príncipe apresenta quantitativos importantes. É de salientar ainda o recuo progressivo de Moçambique enquanto país de origem de estudantes inscritos no ensino superior português, de valores médios superiores a 11% dos alunos da CPLP até 2003/04 para apenas 5% no último ano.

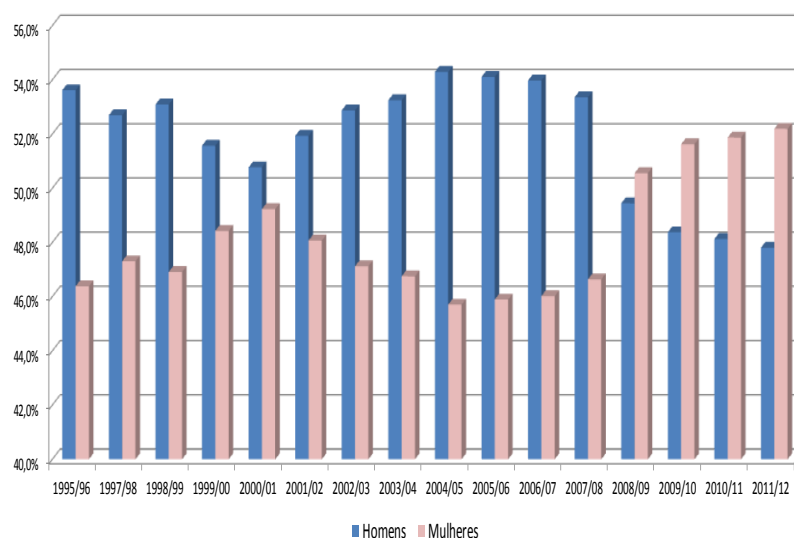
Se a evolução é relativamente diferenciada segundo as diversas nacionalidades por que se distribuem os estudantes da CPLP, não o é menos quanto à sua repartição por género. De resto, as variações acham-se em boa parte associadas. Até 2007/08, os estudantes do sexo masculino constituem de forma consistente a maioria, representando em média 53% do total, entre um mínimo de 51% em 2000/2001 e um máximo de 54% em 2004/2005. Esta distribuição contrasta significativamente tanto com a relativa aos outros estrangeiros, como com a dos portugueses, que apresentam, no mesmo período, taxas médias de masculinidade claramente inferiores (e próximas), respetivamente de 45% e 44%.

Desde 2008/09 até final do período, verifica-se uma rápida inversão da situação, pois os alunos do sexo masculino constituem em média 48% e no último ano 48% do total, uma distribuição que é quase simétrica da anterior e se aproxima já muito das relativas aos portugueses (47%) e aos demais estrangeiros (46%). A esta mudança não é estranha a diferente composição nacional do conjunto de estudantes da CPLP e, em particular, o importante reforço dos inscritos oriundos do Brasil. Na verdade, entre os naturais dos PALOP mantém-se o predomínio global dos estudantes do sexo masculino, embora este se atenuasse de uma média de 55% até 2007/08 para uma média de 52% nos anos posteriores até final da série. Essa redução é particularmente evidente no caso dos nacionais de Angola, pois o peso dos alunos do sexo masculino chegou a 65%, em 2007/08, e caiu, nos últimos anos, para cerca de 55%.

No que diz respeito aos naturais de Cabo-Verde, a contração foi menor porque o predomínio masculino nunca fora tão grande, atingindo um máximo de 53% em 2000/01. Desde o ano letivo de 2004/05, a distribuição por género inverte-se, ficando os alunos do género masculino em minoria. Nos anos seguintes, a redução prossegue, atingindo-se no ano final da série o valor mais baixo de 46% (idêntico ao dos demais estrangeiros). Já no que ao Brasil diz respeito, os estudantes do sexo masculino nunca constituíram a maior parte do contingente, cabendo-lhes, nos últimos anos, uma parcela da ordem dos 41%, extremamente baixa, mesmo quando contrastada com a dos demais estrangeiros, não pertencentes à CPLP, e com a dos estudantes portugueses.

Entre os grupos de estudantes originários dos outros países da CPLP (Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), conserva-se um claro predomínio masculino, na ordem dos 60% ou mais, com exceção dos de São Tomé e Príncipe, que se caracterizam por uma distribuição equilibrada, oscilando entre a maior representatividade das mulheres, entre 2005/06 e 2009/10, e a dos homens, nos últimos dois anos.

Figura 6
Distribuição dos inscritos da CPLP por sexo de 1995/96 a 2011/12

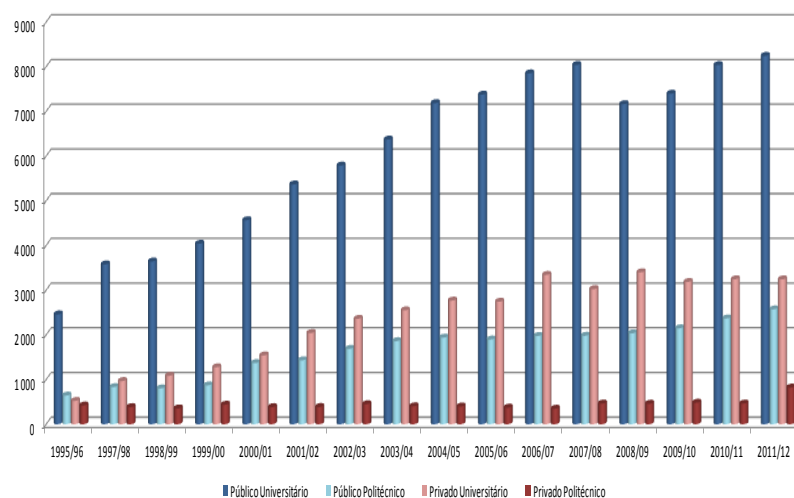


SUBSISTEMAS E TIPOS DE ENSINO

Depois de termos acompanhado a evolução dos efetivos dos estudantes nacionais de países da CPLP inscritos em instituições de ensino superior portuguesas desde o ano letivo de 1995/96 e de termos analisado, para o mesmo período, alguns dos seus atributos pessoais mais relevantes, para os quais a informação disponível permite a construção de uma série (nacionalidade e género), cabe agora passar à análise do efeito conjugado das suas opções e da oferta formativa, ao nível do sistema e das instituições. Trata-se então de identificar as principais linhas de evolução, ao longo dos últimos dezassete anos, da distribuição dos alunos oriundos de países da CPLP pelos subsistemas (público/privado) e tipos de ensino (universitário/ politécnico), pelos graus e níveis de formação académica, pelas áreas científicas, pelas regiões e pelas instituições.

No que diz respeito à repartição por subsistemas e tipos de ensino verifica-se o predomínio consistente, ao longo de todo o período em estudo, do ensino público e do ensino universitário. Pode dizer-se que, com algumas pequenas oscilações, perto de três quartos dos alunos da CPLP que frequentam o ensino superior português estão inscritos no ensino público (em média 74%). A percentagem mais elevada encontra-se no ano inicial da série (77%) e a mais baixa em 2008/09 (71%). Não existe uma tendência clara na variação de valores, mas a média é mais elevada na primeira metade (75%) do que na segunda metade (73%) do período. Este comportamento aproxima-se tanto dos estudantes portugueses como dos demais estrangeiros e só nos primeiros três anos da série se registam diferenças superiores a 10% no peso relativo do sistema de ensino público para os três conjuntos de estudantes. Há, porém, uma diferença a registar, pois enquanto no caso dos estudantes da CPLP não há, como se disse, uma tendência definida da evolução da percentagem de inscritos no ensino público, tanto para os estudantes portugueses como para os estrangeiros de fora da CPLP, e em especial para estes últimos, há uma tendência de crescimento dessa percentagem desde 2004/05, de tal modo que chega a ultrapassar os 80% nos anos mais recentes.

Figura 7
Evolução dos inscritos da CPLP por subsistema de ensino de 1995/96 a 2011/12



A distribuição dos alunos da CPLP em Portugal por tipo de ensino (universitário/politécnico) revela uma clara preponderância do ensino universitário, de perto de 80% — em média 79,8% —, ainda mais elevada portanto do que a do ensino público. Desde 1997/98, não se verificam desvios significativos relativamente a essa média, sendo o maior de apenas 4%, precisamente no ano letivo de 2006/07 em que o ensino universitário atingiu a máxima quota-parte dos alunos (83%). A partir de então verificou-se uma contração, gradual e de pequena amplitude, dessa proporção, de tal forma que no último ano o valor é um dos mais baixos de toda a série (77%).

A larga maioria dos alunos inscritos no ensino universitário frequenta um estabelecimento do subsistema público. No início do período, nos primeiros seis anos, essa maioria corresponde a perto de três quartas partes, reduzindo-se depois para valores próximos dos 70%, que se mantêm ao longo da série sem grandes flutuações. Do mesmo modo, entre os que frequentam o ensino superior politécnico, os inscritos em instituições públicas estão em larga maioria (em média 77%), que se elevou mesmo acima dos 80% a partir de 2003/04, embora no último ano da nossa série tivesse voltado a descer para 76%.

A ordem das preferências no cruzamento entre subsistema e tipo de ensino, tal como é manifestada pelas estatísticas dos inscritos, é a mesma durante todo o período, ainda que com oscilações nas proporções relativas: primeiro o ensino universitário público; em segundo lugar, o ensino universitário particular e cooperativo; em terceiro lugar, o ensino superior politécnico público; e, finalmente, em quarto lugar, o ensino superior politécnico particular e cooperativo. Nota-se, a este nível, uma forte estabilidade na ordem das preferências. As principais variações ao longo do período resultam de uma gradual diminuição da importância relativa do ensino universitário público, interrompida entre 2003/04 e 2005/06, que se acentua depois com uma quebra significativa em 2008/09. Verifica-se depois uma recuperação nos três anos seguintes e uma nova descida no último ano.

Assim, os cursos universitários que até 2002/03 atraíam em média 60% dos estudantes da CPLP vêm essa proporção reduzida a 58% nos cinco anos seguintes e novamente a 57% até final do período. Em contrapartida, os inscritos no ensino universitário particular, que eram em média menos de 20% do total até 2002/03 passam a constituir cerca de 23%. A percentagem de alunos no ensino superior politécnico público também sobe a partir de 2008/09, atingindo o ponto mais alto de toda a série no último ano, em que se regista igualmente um crescimento significativo (de 3,3% para 5,2%) dos alunos matriculados no ensino superior politécnico particular.

São de sublinhar algumas particularidades nacionais relativamente ao padrão geral de distribuição registado nos últimos anos. Em primeiro lugar, a maior importância do ensino superior privado para os nacionais de Angola, congregando 42% e 50% dos estudantes nos últimos dois anos respetivamente 1.142 e 1.242. Note-se que uma grande parte destes alunos – 56% em 2010/11 e 47% em 2011/12 – se concentra num único estabelecimento de ensino superior, a Universidade Lusófona de Humanidades e

Tecnologias. Ao invés, o ensino público tem uma atratividade superior à média para os nacionais de Moçambique, São Tomé e Príncipe e principalmente de Timor-Leste (95% nos últimos dois casos). Por outro lado, é de referir a maior procura pelo ensino superior politécnico público dos alunos oriundos de Cabo-Verde (mais de 30% no período mais recente) e, embora em menor escala, também da Guiné-Bissau.

Para o conjunto dos estudantes da CPLP, a evolução das preferências a este nível não se distingue substancialmente da dos demais alunos estrangeiros (embora entre estes o ensino universitário público tenha um peso claramente superior e o particular e cooperativo uma menor quota-parte), mas afasta-se de forma significativa das tendências de distribuição dos alunos portugueses por subsistema e tipo de ensino. Com exceção dos estudantes cabo-verdianos que se repartem segundo um modelo próximo do dos portugueses, embora com uma quota-parte mais elevada para o ensino universitário privado. Na verdade, no caso dos estudantes nacionais, há uma tendência clara de contração do ensino superior particular e cooperativo (que entre 1997/98 e 2001/02 agregava em média 32% dos inscritos e nos últimos cinco anos apenas 23%), que é mais pronunciada no segmento universitário do que no politécnico. Em contrapartida, é de assinalar o reforço do ensino politécnico público cuja representatividade entre os estudantes portugueses passa de menos de 25% a mais de 30%, constituindo a segunda escolha, em prejuízo do ensino universitário particular e cooperativo, desde 1999/00 e por um diferencial superior a 10 pontos percentuais desde 2003/04¹¹.

Desta análise comparada resulta portanto a maior atratividade das universidades privadas para os estudantes estrangeiros em geral e em particular da CPLP do que para os nacionais e, inversamente, a menor atratividade do ensino superior politécnico em geral e, muito particularmente, do ensino superior politécnico público¹².

GRAUS ACADÉMICOS E ÁREAS DE FORMAÇÃO

Prosseguindo a caracterização minuciosa da inserção sistémica dos estudantes da CPLP no ensino superior português, convém agora analisar a sua distribuição por nível ou grau académico. Neste domínio, será necessário tomar em consideração as alterações que foram sendo introduzidas ao próprio sistema de cursos, graus e diplomas oferecidos pelas instituições de ensino superior, designadamente a criação dos cursos de especialização tecnológica (de nível pós-secundário não superior), que começam admitir alunos no ano letivo de 2004/05, e a reforma adotada no quadro do chamado «processo de Bolonha», com a extinção do grau de bacharel (e dos respetivos complementos de formação para obtenção do grau de licenciado) e a instituição dos cursos de mestrado integrado, que começam a produzir efeitos desde 2006/07.

Neste contexto, algumas grandes tendências são imediatamente observáveis. Desde logo, o rápido desaparecimento dos cursos de bacharelato que, no primeiro ano da série, ainda contavam com 23% de inscritos dos estudantes da CPLP que frequentavam o ensino superior em Portugal, mas que, cinco anos depois, não representavam mais que 2%, uma proporção que se reduziu até 1% em 2003/04. Em compensação, as licenciaturas, que no início do período em estudo eram já, e a grande distância, o grau académico mais procurado (75%), reforçam a sua posição, chegando a juntar 92% dos discentes em 2001/02 e mantendo-se a um nível muito alto até 2005/06 (89%). No ano seguinte, atingiam o ponto máximo em termos absolutos (11.513 inscritos), mas iniciavam uma rota descendente em termos relativos, por via do fortíssimo crescimento da procura de cursos de mestrado. Este crescimento coincide com a introdução da reforma dos graus académicos aprovada no contexto do processo de Bolonha.

Entre 2005/06 e 2008/09, o número de alunos da CPLP inscritos em programas de mestrado multiplica-se por mais de cinco e a sua quota sobe de 5% a quase uma quarta parte, mantendo um rumo ascendente até final do período (32%). Esta evolução é muito semelhante, quase paralela, à dos estudantes portugueses, mas o aumento é apesar de tudo um pouco mais lento e de menor amplitude

¹¹ No último ano a diferença atinge 17,2 pontos percentuais.

¹² Para acesso a informação mais completa e discriminada, *vide* Anexo B.

do que o referente aos estrangeiros exteriores à CPLP, entre os quais os estudantes de mestrado superam os 30% em 2008/09 e são mais da terça-parte no último ano da série (34%).

Tendo em consideração que o número de estrangeiros inscritos em cursos de mestrado — tanto originários de países da CPLP como de fora dela — tem continuado a aumentar de forma significativa, a ampliação da sua quota-parte só não prosseguiu a um ritmo superior porque entretanto começou a alargar-se o segmento dos estudos de doutoramento, por efeito conjugado dos esforços desenvolvidos pelas instituições universitárias portuguesas no sentido da sua internacionalização e da maior procura da formação avançada em países periféricos.

No caso dos naturais da CPLP, observa-se desde 2005/06 um crescimento dos candidatos a doutoramento a uma taxa anual cumulativa de quase 30%. Em 2011/12 eram 1.830 ou 12% do total de estudantes, números que podem ser comparados com os 1.691 ou 14% referentes aos demais estrangeiros. Note-se que entre os portugueses, apesar do avanço registado, a proporção de inscritos em programas de doutoramento não vai além dos 4% do total.

Uma análise diferenciada por país de nacionalidade permite detetar algumas variações relativamente ao padrão médio da CPLP no que se refere à repartição pelos diversos níveis e graus académicos. O modelo mais singular é o dos estudantes brasileiros, entre os quais aqueles que seguem estudos de pós-graduação constituem uma fração superior. Desde 2007/08, estão em maioria, representando em média 56%. A diferença relativamente ao padrão médio é maior no caso dos candidatos a doutoramento que, desde 2002/03, são mais de 10% do total; desde 2005/06 mais de 15% e desde 2007/08 mais de 20%. Nos últimos anos essa proporção aproxima-se de 23% (1.351 inscritos). É um crescimento que foi favorecido pelo resultado das políticas públicas de promoção da investigação científica e da formação avançada adotadas em Portugal e no Brasil, permitindo por exemplo que nacionais do Brasil possam beneficiar dos incentivos do Estado português ao desenvolvimento de estudos de doutoramento, ou facultando apoio direto do Estado brasileiro àqueles que queiram realizar a sua formação no estrangeiro, nomeadamente em Portugal, por exemplo através do ambicioso programa «Ciência sem Fronteiras»¹³.

No entanto, por maior que seja a ambição deste programa, deve notar-se que a multiplicação de candidatos de origem brasileira aos doutoramentos oferecidos pelas universidades portuguesas teve início muito antes da sua aprovação — cujas consequências não se manifestaram ainda na informação disponível. Deve recordar-se que já funcionavam outros programas, de iniciativa federal ou estadual, com objetivos semelhantes, mas a uma escala muito inferior.

Entre os nacionais de Moçambique também se observa uma sobre representação, embora mais recente e de menor alcance do que a que se verifica entre os brasileiros, dos matriculados em programas de formação avançada. O crescimento principia em 2008/09, quando os inscritos em programas de doutoramento constituíam 7% dos que frequentavam o ensino superior em Portugal, e acelera em 2010/11, atingindo no ano seguinte, o último da série, 17%. Os estudantes timorenses revelam também uma preferência pelos estudos pós-graduados, embora, no seu caso, se encaminhem menos para o nível de doutoramento (mesmo que os inscritos neste nível tenham duplicado o seu peso relativo no último ano para 9%) do que para o de mestrado, que representa 47% (cabendo 33% a mestrados de 2.º ciclo e 14% a mestrados integrados) e chegou a constituir 64% do total em 2008/09. Note-se que, no que concerne aos alunos provenientes de Timor-Leste, os quantitativos são muito baixos, da ordem dos 100 a 150 no total, e portanto muito sensíveis a pequenas variações.

Quanto ao perfil de distribuição por graus académicos dos estudantes procedentes dos demais países integrantes da CPLP, regista-se uma proporção menos expressiva dos inscritos em estudos pós-graduados, em particular a nível de doutoramento. Apesar de tudo, entre os angolanos, a parte referente à pós-graduação subiu, no último ano, a perto de 40% (33,3% e 6,4% respetivamente para mestrados e doutoramentos). Nos casos de cabo-verdianos, guineenses e santomenses, a percentagem dos que se encontram em programas de formação avançada é manifestamente mais baixa, em torno de 3% nos dois primeiros casos e 1 % no último.

¹³ Instituído pelo Decreto n.º 7642, de 13 de Dezembro de 2011.

Vejam agora a repartição por áreas científicas de formação dos estudantes da CPLP que frequentam o ensino superior em Portugal¹⁴. Uma característica dessa repartição impõe-se de imediato a uma primeira observação: o claro predomínio da área das Ciências Sociais, Comércio e Direito que agrega, em média, ao longo de todo o período considerado, pouco menos de metade do total dos estudantes (48%). Este predomínio é um dado permanente, embora se assinalem algumas oscilações, designadamente uma tendência inicial de crescimento, que eleva a quota-parte desta área de formação até 56% em 2006/07, iniciando-se depois um declínio (que é maior entre os estudantes de Cabo Verde) que se acentua nos últimos três anos. No último atinge 44%, regressando ao nível inicial da série.

Convém assinalar que a preponderância desta área é mais expressiva ao nível da licenciatura (52%, em média, ao longo de todo o período, e 56% nos últimos cinco anos), do que a nível de mestrado (44% e 38%) ou doutoramento (24% e 34%, respetivamente). Apesar de tudo, nesta fase mais recente, entre os que optam por esta área, aumentou a parte que cabe a mestrados (de uma média de cerca de 5% para 20%) e doutoramentos (de menos de 1% para 7%).

Quadro 3

Distribuição dos inscritos da CPLP por grau académico e área de formação de 1995/96 a 2011/12

Grau académico	Agricultura	Artes, Humanidades	Cien. Soc. Comér. Dir.	Ciën. Matem. Inform.	Educação	Engenh. Indús. Const.	Saúde Protec. Social	Serviços	Desconhecido
1996/1997-2000/2001									
Licenciatura	2,2	6,5	46,3	6,7	6,2	19,1	8,2	4,8	0,0
Mestrado	3,3	10,4	45,3	9,8	5,9	13,6	4,5	7,2	0,0
Doutoramento	20,6	2,2	11,1	11,9	13,3	29,9	5,0	6,1	0,0
Outros	3,2	7,1	32,6	4,2	4,4	17,4	17,8	13,2	0,0
2001/2002-2006/2007									
Licenciatura	1,2	6,4	52,4	7,1	4,3	17,3	6,9	4,6	0,0
Mestrado	0,9	10,8	49,1	7,8	8,9	9,7	3,9	9,0	0,0
Doutoramento	4,7	6,8	23,8	14,2	12,3	20,4	4,1	13,7	0,0
Outros	0,3	6,0	28,9	7,7	0,9	6,6	38,4	11,3	0,0
2007/2008-2011/2012									
Licenciatura	0,6	7,8	55,5	8,1	1,7	13,8	6,4	6,0	0,1
Mestrado	0,9	7,6	37,5	6,2	8,3	25,0	8,5	6,1	0,0
Doutoramento	2,7	13,5	33,9	12,8	13,8	11,8	3,3	8,1	0,0
Outros	1,3	6,4	33,1	10,2	0,7	18,2	11,6	18,4	0,0

A segunda área em que se concentra uma parcela maior de alunos é, a larga distância, a de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção, que reúne, em média, 18% do conjunto. Este valor procede de um primeiro crescimento, que coloca o peso relativo desta área acima dos 20% até 1998/99 (mais forte no caso dos estudantes moçambicanos e santomenses), começando então um decréscimo que, embora interrompido durante dois anos (2002/04), conduzirá ao ponto mais baixo da série em 2006/07 (15%). A partir de então dá-se uma certa recuperação (17% em 2009/10), embora não muito consistente, pois nos últimos dois anos volta a registar-se um pequeno recuo (16% no final da série).

Deve sublinhar-se que a parte correspondente a esta área é mais forte a nível da pós-graduação e que a distribuição por graus académicos sofreu uma mudança muito significativa após as alterações legislativas introduzidas no quadro do processo de Bolonha. Assim, entre os inscritos em cursos que visam a obtenção do grau de mestre, esta área representa, em média, 16% no conjunto do período em estudo, mas 25% no último quinquénio. É mesmo a área dominante a nível do mestrado integrado, com 57% do total de estudantes da CPLP. Já a nível de doutoramento, a sua representatividade diminuiu significativamente, pois de uma média de 20% para toda a série, desceu para 12% nos últimos cinco anos, não porque os inscritos em programas de formação avançada tenham diminuído – pelo contrário, registam até um nítido crescimento – mas porque aumentaram menos do que os de outras áreas.

Em todo o caso, alterou-se substancialmente o perfil da formação nesta área, não tanto pelo alargamento da quota-parte dos candidatos a doutoramento (que sobe nos últimos cinco anos a 5% de uma média anterior de 3%), mas principalmente pelo aumento da parcela que cabe aos mestrados que

¹⁴ Para este efeito usámos a CNAEF (Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação).

passam a representar 53% (pertencendo 22% os mestrados integrados e 30% aos demais). Deste modo, nos últimos anos, os alunos de licenciatura são apenas 41% dos que frequentam cursos da área de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção, quando antes eram em média 87%.

Abaixo destas duas áreas de formação, ficam, também a considerável distância, três outros domínios do conhecimento, com níveis de representatividade média muito semelhantes: Saúde e Proteção Social (com 7% dos inscritos), Ciências, Matemática e Informática (com 7%) e Artes e Humanidades (7%). A esta proximidade dos valores médios não corresponde, porém, uma evolução idêntica. A área da Saúde apresenta os valores mais elevados nos primeiros anos da série, atingindo o máximo logo no primeiro ano e entrando num declínio que se torna mais pronunciado a partir de 2006/07 (e é notório entre os moçambicanos). Nos últimos dois anos, a sua quota-parte corresponde a 7% do total de estudantes da CPLP em Portugal.

O campo das Ciências, Matemática e Informática revela um percurso de avanços (1996-1999; 2001-2004; 2008; 2010-2012) e recuos (2000; 2005-2007; 2009), com uma tendência geral de crescimento da sua posição relativa que se eleva no final do período a 9%. Quanto às Artes e Humanidades, a sua parte começa por flutuar ligeiramente abaixo de 7% até 2003/04 e depois em torno de 7%, até 2008/09, aumentando significativamente nos últimos três anos (em especial, por conta do recrutamento de alunos brasileiros), de tal forma que ascendeu no final da série à posição de terceira área de formação mais importante com 10%.

Podem observar-se também algumas disparidades, tanto na distribuição dos estudantes que optaram por estas três áreas pelos diferentes graus académicos como na sua evolução. Na área da Saúde e Proteção Social, em que o peso dos bacharelatos se manteve até mais tarde, nota-se o reforço dos mestrados, que passaram a constituir nos últimos cinco anos o grau mais procurado (46%), em boa parte, mas não só, por via da instituição dos mestrados integrados (que atraem 20% dos estudantes nesta área, menos portanto que os outros mestrados). É em todo o caso neste novo nível de formação pós-graduada que esta área tem um maior peso específico, recrutando um pouco menos da quinta-parte dos que a frequentam.

Quanto à área de Ciências, Matemática e Informática, que revela uma distribuição bastante estável nos primeiros dois terços do período, conhece, como as demais, um avanço dos alunos admitidos em cursos de mestrado mas principalmente em programas de doutoramento, que passam a constituir respetivamente 20% e 15%. É precisamente no segmento da formação avançada que esta área demonstra uma maior relevância, com 12,8% do total de matriculados em programas de 3.º ciclo. Esta evolução é em larga medida partilhada pela área de Artes e Humanidades que, no entanto, sempre teve uma proporção mais elevada de estudantes de mestrado, chegando, no período mais recente, aos 23%. Cumpre salientar ainda o aumento expressivo dos candidatos a doutoramento, que formam mais de 15% do total desta área, fazendo dela a terceira mais importante deste nível de formação com 14%.

Num quarto patamar, situam-se as áreas de Serviços e de Educação, com uma representatividade média entre 5% e 6%. A evolução da primeira caracteriza-se pela estabilidade, registando um ligeiro aumento até 2002/03, a que sucede uma contração igualmente modesta até 2007/08 e um novo impulso, este um tanto mais forte (em particular entre os moçambicanos), nos últimos quatro anos. Como acontece com a generalidade das áreas, a parte referente à formação pós-graduada, em especial a nível de mestrado, aumentou consideravelmente, atingindo uma média de 23% nos últimos cinco anos.

Já o comportamento da área da Educação é o mais errático, com oscilações significativas a curto prazo, dentro de uma tendência decrescente, que reduz o seu peso a menos de 4% até ao ano letivo de 2009/10. Nos últimos dois anos, porém, esta área conhece uma nova recuperação (particularmente visível no caso de angolanos, moçambicanos e brasileiros), que faz subir a sua quota-parte a 7%. Para tal recuperação muito contribuiu o crescimento do número dos admitidos em programas de mestrado e doutoramento, que eram no ano terminal da série respetivamente 45% e 30% do total de inscritos na área (sendo este último valor o mais alto entre todas as áreas). No período mais recente, a área da Educação tornou-se mesmo a segunda com maior número de inscritos no nível mais elevado de formação.

Finalmente, a área da Agricultura tem uma expressão exígua desde o início do período (no máximo 3,4% em 1997/98), que se torna mesmo meramente residual (inferior a 1%) depois de 2005/06. Valerá

a pena no entanto assinalar o peso relativo que tem no seu seio os estudos doutorais (24% nos últimos cinco anos), um valor que, como acabámos de ver, só é superado pela área da Educação.

Para completar a análise da distribuição por área científica de formação dos estudantes da CPLP que se encontram inscritos em instituições de ensino superior em Portugal, é certamente relevante considerar como essa distribuição se cruza com a repartição por género. Para além de uma certa tendência geral para a feminização, a que já nos referimos, e que avança a ritmos e níveis diferenciados consoante as áreas, observa-se uma divisão sexual das preferências que em alguns casos é muito pronunciada. Assim, encontramos áreas que constituem ostensivamente domínios de eleição de um dos géneros, como acontece, do lado feminino, com as de Educação e de Saúde e Proteção Social, que apresentam taxas de feminização crescentes e superiores a 70%, e, do lado masculino, com a de Engenharia, Indústria Transformadora e Construção (com uma concentração também superior a 70%) e, em menor escala, a de Ciências, Matemática e Informática (em que o predomínio dos homens se mantém acima de 60% até 2007/2008, baixando depois para cerca de 58% até final do período).

Esta configuração da divisão por géneros não pode de forma alguma surpreender, pois corresponde a um perfil tradicional. O que merece por isso uma nota é não tanto o predomínio de um dos géneros, mas a sua intensidade, designadamente nas áreas de Engenharia, Indústria Transformadora e Construção, por um lado, e, por outro, de Educação e de Saúde e Proteção Social, em particular nesta última, durante a fase mais recente. Para além disso, deve assinalar-se o surpreendente reforço da componente masculina na área de Artes e Humanidades e a resistência à feminização, que só ganha verdadeiramente uma dimensão significativa nos últimos quatro anos, da das Ciências Sociais, Comércio e Direito. Em suma, mesmo num contexto de acentuado alargamento do acesso das mulheres ao ensino superior, os estereótipos da divisão sexual do trabalho acabam por determinar, mesmo tratando-se de trabalho qualificado, as escolhas das áreas de formação superior que dão acesso a profissões ou carreiras tidas por caracteristicamente masculinas ou femininas¹⁵.

INSTITUIÇÕES E REGIÕES

Durante os dezassete anos que perfazem o período estudado no presente trabalho, as preferências por instituições específicas de ensino superior portuguesas, manifestadas pelos estudantes da CPLP que nelas se inscrevem, revelam algumas oscilações. Do que antes se disse da sua divisão por subsistemas e tipos de ensino, não pode esperar-se outro resultado que não seja a seleção preferencial de estabelecimentos universitários públicos. Efetivamente, ao longo de todo período, há um núcleo de universidades públicas que se situam de forma persistente entre as instituições com maior número de inscritos provenientes de países da CPLP. A Universidade de Coimbra, as quatro instituições universitárias públicas de Lisboa (Universidade de Lisboa, Universidade Técnica, Universidade Nova e ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa), a Universidade do Porto, a Universidade o Minho e a Universidade Aberta figuram sempre no topo da lista dos estabelecimentos mais procurados pelos estudantes da CPLP. Há apenas duas instituições que não pertencem ao subsistema universitário público que também surgem regularmente nos primeiros lugares das listas: uma universidade particular (a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias) e um instituto politécnico público (o Instituto Politécnico de Lisboa).

Tanto no primeiro como no último ano da série, a Universidade de Coimbra figura em primeiro lugar entre as instituições que mais estudantes da CPLP atraem, tendo registado um forte crescimento nos últimos cinco anos, que a voltou a guindar à posição cimeira (da quinta em que caíra em 2005/06). Sendo a mais antiga das universidades portuguesas, goza de um prestígio considerável nos países de língua portuguesa, mormente no Brasil, onde é vista como a universidade de referência. Além disso, tem um padrão de recrutamento algo diferente da maior parte das universidades públicas. Se em todas se verificou nos últimos cinco anos um acentuado crescimento do número de inscritos em programas de pós-graduação (mestrado e doutoramento), na Universidade de Coimbra conserva-se uma proporção maior de estudantes de licenciatura. Com exceção da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (que tem apenas 72 alunos da CPLP) e não considerando a Universidade Aberta que, pelo

¹⁵ Para acesso a informação mais completa e discriminada, *vide* Anexo C.

facto de se tratar de uma instituição de ensino a distância, exhibe um comportamento específico da variação dos efetivos e da sua repartição por graus académicos, a Universidade de Coimbra, a par do ISCTE-IUL, é a que tem uma percentagem mais elevada de inscritos em cursos de licenciatura (45%, enquanto a maioria das universidades públicas tem entre 35 e 38%). Assim, com 1.781 estudantes matriculados, a Universidade de Coimbra tem mais 20% de inscritos do que a segunda instituição com mais alunos (a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias) e quase mais 80% do que a terceira (e segunda universidade pública, a Universidade de Lisboa).

Quanto à distribuição dos estudantes por graus académicos, deve salientar-se que as principais universidades públicas do norte do País (Universidade do Porto, Universidade do Minho e Universidade de Aveiro) são aquelas em que os candidatos a doutoramento têm um peso relativo superior, acima da terça-parte, e chegando mesmo, no caso da Universidade do Minho, a ultrapassar os 40%. Na Universidade do Porto, em 2005/06, essa proporção era já superior a 20%, então a mais elevada.

É importante destacar também, por se tratar de uma situação excepcional, no quadro do subsistema de ensino superior particular e cooperativo, a capacidade de recrutamento da Universidade Lusófona. É um fenómeno que se prolonga pelo menos desde 2000/01, ano em que contava mais de 500 inscritos originários da CPLP (sendo então a quinta instituição de ensino com maior número de inscritos). Cinco anos mais tarde era mesmo o primeiro entre os estabelecimentos de ensino presencial regular, sendo apenas suplantada pela Universidade Aberta cujos alunos não residiam necessariamente em Portugal. Acolhia então 9% do total dos estudantes da CPLP e 10% dos PALOP que se encontravam matriculados quase exclusivamente em cursos de licenciatura.

Nesse ano letivo de 2005/06, os alunos de Angola e Cabo-Verde formavam em conjunto três quartos de todos os nacionais de países da CPLP inscritos na Universidade Lusófona. No ano seguinte, registou-se ainda um aumento considerável do número de estudantes angolanos que se elevou a mais de 600, mantendo-se até ao presente nessa ordem de grandeza, embora tenha averbado um certo recuo no último ano. No entanto, a Universidade Lusófona viu reforçada a sua quota-parte no total (10%) e em especial entre os estudantes dos PALOP, dos quais admitiu 12%. Acompanhando a tendência geral, a instituição abriu-se aos estudantes brasileiros, que constituem já 27% do total da CPLP¹⁶.

A repartição dos alunos da CPLP pelos estabelecimentos de ensino superior indicia uma distribuição regional fortemente concentrada. De facto, somente três regiões — Lisboa e Vale do Tejo, Norte e Centro — reúnem a larga maioria dos inscritos, mais de 90% durante todo o período considerado. As variações, que existem, traduzem-se na transferência entre as três regiões, não alterando muito a sua representatividade global. O mesmo acontece com a distribuição distrital, pois apenas quatro distritos — Lisboa, Coimbra, Porto e Braga — congregam de forma consistente cerca de 80% dos alunos da CPLP. A evolução é caracterizada até 2006/07 pelo crescimento do peso relativo do distrito de Lisboa e da sua região — que concentram quase dois terços dos estudantes — à custa das regiões Norte e Centro (principalmente da primeira, embora o distrito de Coimbra recue mais do que o do Porto). A partir de então observa-se uma redução da região da capital, para níveis um pouco acima dos 50%, por recuperação das regiões Norte e Centro, verificando-se no penúltimo ano da série um significativo impulso do distrito de Coimbra.

Este padrão de distribuição regional apresenta algumas particularidades quando se consideram as diferentes nacionalidades. A uma mais forte concentração dos angolanos na região de Lisboa, que se acentua até 2007/08, reduzindo-se depois mas ainda para um patamar acima dos $\frac{3}{4}$ dos inscritos, corresponde, entre os cabo-verdianos, uma grande estabilidade na predominância da capital e da sua região, mas a um nível claramente inferior (45% a 50%). Já no caso dos estudantes brasileiros, a concentração nas três regiões principais é semelhante à tendência geral, mas a divisão entre elas segue um padrão específico, pois a parte que cabe à região da capital é claramente menor (nunca atinge os 50% e chega mesmo a 37%, mantendo-se próximo desse valor até ao presente) por via do alargamento da quota da região centro que sobe acima dos 30% nos últimos anos.

¹⁶ Vide Anexo D.

Quadro 4**As vinte instituições de ensino superior mais procuradas pelos estudantes da CPLP em 2011/12**

Instituições mais procuradas	nº inscritos	%inscritos
Universidade de Coimbra	1611	11,10%
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	1468	10,10%
Universidade de Lisboa	994	6,80%
Universidade Técnica de Lisboa	798	5,50%
Universidade do Porto	687	4,70%
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	674	4,60%
Universidade Nova de Lisboa	667	4,60%
Universidade do Minho	626	4,30%
Universidade Aberta	558	3,80%
Instituto Politécnico de Lisboa	501	3,40%
Universidade de Aveiro	489	3,40%
Universidade de Évora	421	2,90%
Universidade Católica Portuguesa	405	2,80%
Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões	374	2,60%
Instituto Superior de Ciências Educativas	280	1,90%
Instituto Politécnico do Porto	272	1,90%
Instituto Politécnico de Coimbra	261	1,80%
Universidade do Algarve	248	1,70%
Instituto Politécnico de Setúbal	236	1,60%
Instituto Politécnico de Leiria	215	1,50%
Total	11785	81,10%

CONDIÇÕES DE ACESSO E INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR

Existem diversas vias pelas quais os estudantes, nacionais e estrangeiros, podem ingressar no sistema de ensino superior em Portugal. Como se sabe, a entrada é regulada pelo Estado, que determina os requisitos mínimos de acesso e fixa o número de vagas dos cursos de formação inicial oferecidos por todas as instituições, públicas ou privadas, universitárias ou politécnicas, estabelecendo ainda diferentes regimes de ingresso nas instituições públicas, nomeadamente o chamado concurso nacional de acesso. Estes regimes são abertos aos estudantes estrangeiros que queiram frequentar o ensino superior em Portugal, desde que cumpram os respetivos preceitos, prevendo-se inclusivamente condições propícias a esse cumprimento, como por exemplo a admissibilidade de habilitações de acesso adquiridas no estrangeiro ou de provas de ingresso aí realizadas. A abertura da possibilidade de transferência e de reconhecimento dos créditos obtidos em instituições estrangeiras é também uma condição favorável. Finalmente existem regimes de ingresso, aprovados no quadro de políticas de cooperação internacional, que são especialmente dirigidos a estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, nomeadamente aos seus bolseiros, ou a nacionais de Timor-Leste.

Quadro 5
Acesso e ingresso no ensino superior
Formação inicial

Regime de ingresso	Grau anterior obtido em Portugal		Grau anterior obtido no estrangeiro		Total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Regime geral de acesso	515	36,3	199	15,4	714	26,3
Provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos (DL n.º 64/2006)	343	24,2	218	16,8	561	20,7
Transferência (Portaria n.º 401/2007)	101	7,1	453	35	554	20,4
Bolseiros nacionais de países africanos de expressão portuguesa (Portaria n.º 854-B/99)	201	14,2	202	15,6	403	14,8
Mudança de curso (Portaria n.º 401/2007)	155	10,9	185	14,3	340	12,5
Titulares de cursos médio e superiores	45	3,2	22	1,7	67	2,5
Titulares de diploma de especialização tecnológica (Portaria n.º 393/2002)	49	3,5	0	0	49	1,8
Funcionários estrangeiros de missão diplomática e seus familiares (Portaria n.º 854-B/99)	2	0,1	8	0,6	10	0,4
Naturais e filhos de naturais de Timor Leste (Portaria n.º 854-B/99)	5	0,4	4	0,3	9	0,3
Cidadãos portugueses bolseiros no estrangeiro ou funcionários públicos em missão oficial no estrangeiro e seus familiares (Portaria n.º 854-B/99)	1	0,1	4	0,3	5	0,2
Acesso especial ao curso de Medicina por licenciados num dos domínios constantes de elenco aprovado pelo órgão científico da faculdade de medicina	1	0,1	1	0,1	2	0,1
Funcionários portugueses de missão diplomática e seus familiares (Portaria n.º 854-B/99)	1	0,1	0	0	1	0
Total	1419	100	1296	100	2715	100

A observação das formas de ingresso dos estudantes oriundos de países da CPLP permite identificar dois perfis diferentes, consoante completaram o grau anterior (que lhes dá acesso ao ensino superior) em Portugal ou num país estrangeiro. Efetivamente, aqueles que obtiveram as habilitações de acesso em Portugal ingressam em primeiro lugar (36%) através do regime geral, isto é, através do concurso nacional, ou de um concurso local ou institucional, enquanto apenas 15% dos que concluíram o grau anterior no estrangeiro entram por esta via, ingressando principalmente através de transferência (35%), o que significa que já frequentavam o ensino superior (*vide* Quadro 10). Entre os que adquiriram as habilitações anteriores em Portugal, perto de um quarto dos estudantes ingressaram através das provas especiais para maiores de 23 anos.

Os regimes especiais criados propositadamente para facilitar a entrada no ensino superior português aos estudantes nacionais dos PALOP e de Timor Leste acabam por aproveitar a apenas alguns. É entre os santomenses que é maior a proporção dos que acedem ao ensino superior através desses regimes (46,2%), seguindo-se os guineenses (36%), os cabo-verdianos (34,4%), os timorenses (32%), os moçambicanos (32%) e finalmente os Angolanos (2%) que quase só excecionalmente usufruem das facilidades que lhes são concedidas, ingressando pelas mesmas vias, de carácter geral, através das quais entram também os estudantes portugueses.

Quadro 6
Bolseiros – Formação inicial ^(a)

Países	Bolseiros		Candidatos		Não bolseiros		Total
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	
Angola	71	3,1	51	2,2	2173	94,7	2295
Brasil	78	3	142	5,5	2352	91,4	2572
Cabo Verde	291	10,7	74	2,7	2357	86,6	2722
Guiné-Bissau	61	16,9	18	5	281	78,1	360
Moçambique	55	14	15	3,8	324	82,2	394
São Tomé e Príncipe	158	21,9	31	4,3	531	73,8	720
Timor Leste	10	11,2	4	4,5	75	84,3	89
Total	724	7,9	335	3,7	8093	88,4	9152

^(a) Cursos de formação inicial, incluindo Cursos de Especialização Tecnológica (CET)

No caso dos estudantes originários dos PALOP, o facto de só uma pequena parte usufruírem de uma bolsa de estudo constitui, para muitos, um impedimento a que possam beneficiar do regime especial de acesso. São poucos, de facto, mesmo entre os oriundos dos PALOP, os estudantes da CPLP que recebem uma bolsa — de entidade pública ou particular, nacional ou estrangeira — não chegando a 8%, entre os que ingressam como tal e os que se identificam como bolseiros em resposta ao inquérito que constitui a fonte principal do presente relatório. A diferença entre nacionais dos diferentes países é assinalável, entre os santomenses, dos quais mais de 20% são bolseiros, e os Angolanos e Brasileiros, entre os quais só 3% o são. O apoio ao ingresso e à frequência através da concessão de bolsas está portanto longe de ser uma condição necessária para os jovens da CPLP acederem ao ensino superior português (*vide* Quadro 11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A circulação de estudantes, docentes e investigadores é hoje uma dimensão do desenvolvimento de comunidades científicas no âmbito da formação das sociedades do conhecimento que se processa cada vez mais à escala global. A mobilidade internacional de estudantes constitui um dos aspetos mais visíveis dessas novas formas de circulação, mas pode encontrar também fundamento em relações com raízes profundas, como é o caso dos vínculos históricos, linguísticos e pós-coloniais.

No caso do ensino superior, em Portugal, verifica-se uma acentuada expansão da internacionalização que no período mais recente se manifesta na capacidade de as instituições de ensino superior atraírem estudantes estrangeiros de várias nacionalidades e quadrantes geográficos. Mas, ao mesmo tempo, reproduz-se a presença, nas instituições de ensino superior em Portugal, de um importante grupo de estudantes estrangeiros, cidadãos de Estados que integram na Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

A análise de uma série temporal de dezassete anos indica que, sob uma aparente estabilidade e uma tendência para um crescimento moderado que eleva a sua representatividade no total de estudantes (mas não no total de estudantes estrangeiros), se verificam fortes variações na composição desse grupo. Assiste-se, assim, ao alargamento da quota-parte dos nacionais do Brasil e dos estudantes de pós-graduação e ao grande aumento das mulheres (e à correlativa diminuição dos africanos, em especial angolanos e cabo-verdianos, e dos homens). As mulheres jovens, com menos de 30 anos de idade, brasileiras ou cabo-verdianas, são hoje as mais numerosas. As primeiras estudam Direito e ciências sociais em universidades públicas, a nível de pós-graduação, principalmente mestrados. Já as segundas frequentam licenciaturas em gestão e engenharia em universidades privadas e institutos politécnicos públicos. Só depois vêm os homens, brasileiros, cabo-verdianos e angolanos.

No contexto da internacionalização do ensino superior, forma-se um espaço de encontro entre duas estratégias. De um lado, as estratégias das instituições de ensino superior no sentido de captarem estudantes estrangeiros. Do outro, as dos estudantes e das suas famílias que, para responderem à falta de oportunidades nos seus países de origem ou para melhorarem a sua posição competitiva, no quadro de uma desvalorização dos diplomas e do crescimento do desemprego de diplomados, procuram prosseguir estudos superiores no estrangeiro.

Neste espaço de encontro e no contexto das migrações internacionais e da globalização, Portugal continua a oferecer um destino de eleição aos nacionais da CPLP, em virtude dos vínculos históricos, linguísticos e pós-coloniais, que encontram mesmo uma nova atualidade, por exemplo, para os numerosos estudantes brasileiros que nos últimos anos se transferem para as universidades portuguesas.

NOTA METODOLÓGICA

Fontes

Os dados apresentados relativos aos estudantes oriundos dos países da CPLP inscritos em instituições de ensino superior em Portugal têm como fonte o inquérito estatístico anual aos alunos do ensino superior (RAIDES) realizado pelo Ministério da Educação. Trata-se de um Instrumento de notação do Sistema Estatístico Nacional que abrange todos os estabelecimentos de ensino superior (público e privado). Foram ainda consultadas, a título complementar, as estatísticas reunidas pelo antigo IPAD (sobre bolsas de estudo) e do SEF (população estrangeira residente em Portugal).

População-alvo

A população alvo é constituída pelos estudantes estrangeiros nacionais de países da CPLP inscritos num estabelecimento de ensino superior português por um período mínimo de um ano.

Período temporal

Foi construída uma série de dezassete anos de duração para um conjunto de variáveis relativas aos estudantes inscritos. Para o ano de 2011-2012, procedeu-se à observação do comportamento de variáveis adicionais, tais como a distribuição dos inscritos por idade, por instituição, por nível de formação, por área de educação e formação, por regime de acesso ou ainda pela sua distribuição geográfica (NUTS II).

Este estudo deu origem a uma dissertação de mestrado que pode ser consultada em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/6399>.

ANEXOS

Anexo A - Distribuição dos Inscritos em estabelecimentos de ensino superior por sexo - 1995/1996 a 2010/2011^{a)}

Inscritos	sexo	1995/96	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2011/12 ^{b)}
Total	HM	313.415	347.473	356.790	373.745	387.703	396.601	400.831	395.063	381.231	368.571	368.982	381.728	378.834	389.841	403.445	392.230	397.337
	M	180.776	194.789	199.444	211.221	221.042	226.113	226.860	221.496	212.149	203.131	198.623	203.202	200.785	206.444	214.097	208.045	211.180
	H	132.639	152.684	157.346	162.524	166.661	170.488	173.971	173.567	169.082	165.440	170.359	178.526	178.049	183.397	189.348	184.185	186.157
Portugal	HM	306.870	337.357	340.369	363.129	374.986	380.909	382.071	378.908	364.220	351.458	350.976	363.046	360.785	370.416	381.336	368.129	368.292
	M	177.524	189.768	190.669	205.781	214.431	217.465	216.215	213.576	203.979	194.796	190.011	194.105	191.501	196.193	202.362	195.286	195.399
	H	129.346	147.589	149.700	157.348	160.555	163.444	165.856	165.332	160.241	156.662	160.965	168.941	169.284	174.223	178.974	172.843	172.893
CPLP	HM	4.036	5.752	5.877	6.614	7.851	9.216	10.277	11.174	12.283	12.377	13.511	13.499	13.049	13.203	14.104	14.870	16.019
	M	1.872	2.721	2.757	3.203	3.865	4.430	4.843	5.224	5.614	5.680	6.218	6.296	6.597	6.816	7.316	7.761	8.436
	H	2.164	3.031	3.120	3.411	3.986	4.786	5.434	5.950	6.669	6.697	7.293	7.203	6.452	6.387	6.788	7.109	7.583
Outras nacionalidades	HM	2.496	4.143	3.582	3.650	4.060	4.861	5.475	4.914	4.728	4.736	4.495	5.183	5.000	6.222	8.005	9.231	13.026
	M	1.376	2.141	1.945	2.013	2.300	2.892	3.108	2.656	2.556	2.655	2.394	2.801	2.687	3.435	4.419	4.998	7.345
	H	1.120	2.002	1.637	1.637	1.760	1.969	2.367	2.258	2.172	2.081	2.101	2.382	2.313	2.787	3.586	4.233	5.681
Desconhecidos	HM	13	221	6.962	352	806	1.615	3.008	67									

Distribuição dos Inscritos CPLP em estabelecimentos de ensino superior por sexo - 1995/1996 a 2010/2011^{a)}

País	sexo	1995/96	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2011/12 ^{b)}
Angola	HM	1.350	2.028	2.111	2.258	2.711	3.183	3.367	3.527	4.258	4.118	4.799	4.670	3.606	3.258	3.165	3.501	3.505
	M	631	973	1.022	1.088	1.431	1.535	1.552	1.553	1.660	1.594	1.691	1.658	1.540	1.394	1.383	1.581	1.584
	H	719	1.055	1.089	1.170	1.280	1.648	1.815	1.974	2.598	2.524	3.108	3.012	2.066	1.864	1.782	1.920	1.921
Brasil	HM	881	1.085	1.047	1.243	1.375	1.525	1.760	1.842	1.797	1.911	2.209	2.934	3.842	4.462	5.395	5.938	7.082
	M	491	563	529	682	760	822	944	985	1.009	1.074	1.264	1.737	2.229	2.640	3.175	3.480	4.152
	H	390	522	518	561	615	703	816	857	788	837	945	1.197	1.613	1.822	2.220	2.458	2.930
Cabo Verde	HM	696	1.077	1.331	1.587	2.075	2.497	3.011	3.516	3.835	4.096	4.347	3.863	3.580	3.515	3.432	3.319	3.320
	M	327	529	631	762	978	1.234	1.441	1.693	1.927	2.069	2.313	1.999	1.916	1.876	1.845	1.793	1.793
	H	369	548	700	825	1.097	1.263	1.570	1.823	1.908	2.027	2.034	1.864	1.664	1.639	1.587	1.526	1.527
Guiné Bissau	HM	388	398	328	401	308	360	348	452	360	376	428	319	392	402	416	462	462
	M	107	124	102	135	113	124	118	164	133	140	186	131	169	162	161	177	177
	H	281	274	226	266	195	236	230	288	227	236	242	188	223	240	255	285	285
Moçambique	HM	504	873	740	776	852	1.074	1.066	1.155	1.345	1.217	1.009	985	881	748	712	674	674
	M	235	415	343	390	392	482	498	534	569	492	419	409	379	341	307	273	273
	H	269	458	397	386	460	592	568	621	776	725	590	576	502	407	405	401	401
São Tomé e Príncipe	HM	216	277	300	333	392	441	496	540	581	556	645	649	684	691	848	823	823
	M	81	109	121	139	165	192	222	256	284	280	319	333	345	362	406	403	403
	H	135	168	179	194	227	249	274	284	297	276	326	316	339	329	442	420	420
Timor Leste	HM	1	14	20	16	138	136	229	142	107	103	74	79	64	127	136	153	153
	M	0	8	9	7	26	41	68	39	32	31	26	29	19	41	39	54	54
	H	1	6	11	9	112	95	161	103	75	72	48	50	45	86	97	99	99

Fonte: DGEEC/MEC, Raides.

Notas:

a) Inclui os inscritos em todas as formações ministradas em estabelecimentos de ensino superior (incluindo os inscritos em CET), exceto os alunos que estejam apenas a elaborar dissertação ou trabalho de projeto ou estágio final de mestrado; Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 1 ano; Não há dados disponíveis sobre os inscritos por nacionalidade no ano de 1996/97.

b) Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 3 meses.

Anexo B - Distribuição dos Inscritos em estabelecimentos de ensino superior por subsistema de ensino - 1995/96 a 2011/12^{a)}

Subsistema de ensino	1995/96	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2011/12 ^{b)}
Inscritos	313.415	347.473	356.790	373.745	387.703	396.601	400.831	395.063	381.231	368.571	368.982	381.728	378.834	389.841	403.445	392.230	397.337
Ensino Superior Público	198.774	226.642	238.857	255.008	273.530	284.789	290.532	288.309	282.550	276.538	277.234	288.692	287.587	299.072	314.032	313.086	317.588
Ensino Universitário	139.101	153.951	158.850	164.722	171.735	176.303	178.000	176.827	174.114	172.121	169.567	176.057	175.688	184.244	193.633	194.784	198.267
Ensino Politécnico	59.673	72.691	80.007	90.286	101.795	108.486	112.532	111.482	108.436	104.417	107.667	112.635	111.899	114.828	120.399	118.302	119.321
Ensino Superior Privado	114.641	120.831	117.933	118.737	114.173	111.812	110.299	106.754	98.681	92.033	91.748	93.036	91.247	90.769	89.413	79.144	79.749
Ensino Universitário	89.744	92.390	87.878	86.713	81.544	78.592	75.993	72.774	66.478	61.408	60.420	61.162	60.820	60.947	61.336	55.577	56.082
Ensino Politécnico	24.897	28.441	30.055	32.024	32.629	33.220	34.306	33.980	32.203	30.625	31.328	31.874	30.427	29.822	28.077	23.567	23.667
Portugal	306.870	347.473	356.790	373.745	387.703	396.601	400.831	395.063	381.231	368.571	368.982	381.728	378.834	389.841	403.445	392.230	368.292
Ensino Superior Público	193.953	218.858	231.435	247.279	263.853	272.631	276.177	276.159	269.780	263.809	263.977	274.632	274.560	284.541	296.959	294.612	294.772
Ensino Universitário	135.375	148.310	152.790	158.713	164.408	166.764	166.186	167.426	163.959	161.916	158.910	164.686	165.454	172.749	180.017	180.326	180.482
Ensino Politécnico	58.578	70.548	78.645	88.566	99.445	105.867	109.991	108.733	105.821	101.893	105.067	109.946	109.106	111.792	116.942	114.286	114.290
Ensino Superior Privado	112.917	118.499	108.934	115.850	111.133	108.278	105.894	102.749	94.440	87.649	86.999	88.414	86.225	85.875	84.377	73.517	73.520
Ensino Universitário	88.736	90.780	79.511	84.495	79.137	75.751	72.461	69.419	62.886	57.608	56.200	57.183	56.429	56.739	56.995	51.110	51.112
Ensino Politécnico	24.181	27.719	29.423	31.355	31.996	32.527	33.433	33.330	31.554	30.041	30.799	31.231	29.796	29.136	27.382	22.407	22.408
CPLP	4.036	5.752	5.877	6.614	7.851	9.216	10.277	11.174	12.283	12.377	13.511	13.499	13.049	13.203	14.104	14.870	16.019
Ensino Superior Público	3.097	4.404	4.442	4.906	5.931	6.793	7.472	8.226	9.121	9.268	9.824	10.015	9.194	9.540	10.401	10.810	11.906
Ensino Universitário	2.456	3.575	3.642	4.037	4.564	5.364	5.786	6.368	7.184	7.373	7.849	8.037	7.161	7.394	8.035	8.241	9.260
Ensino Politécnico	641	829	800	869	1.367	1.429	1.686	1.858	1.937	1.895	1.975	1.978	2.033	2.146	2.366	2.569	2.646
Ensino Superior Privado	939	1.348	1.435	1.708	1.920	2.423	2.805	2.948	3.162	3.109	3.687	3.484	3.855	3.663	3.703	4.060	4.113
Ensino Universitário	520	966	1.083	1.273	1.538	2.039	2.358	2.548	2.766	2.740	3.341	3.023	3.398	3.183	3.242	3.241	3.286
Ensino Politécnico	419	382	352	435	382	384	447	400	396	369	346	461	457	480	461	819	827
Outras nacionalidades	2.496	4.143	3.582	3.650	4.060	4.861	5.475	4.914	4.728	4.736	4.495	5.183	5.000	6.222	8.005	9.231	13.026
Ensino Superior Público	1.711	3.168	2.529	2.492	2.952	3.783	3.949	3.870	3.649	3.461	3.433	4.045	3.833	4.991	6.672	7.664	10.910
Ensino Universitário	1.258	1.868	1.989	1.731	2.053	2.631	3.108	3.002	2.971	2.832	2.808	3.334	3.073	4.101	5.581	6.217	8.525
Ensino Politécnico	453	1.300	540	761	899	1.152	841	868	678	629	625	711	760	890	1.091	1.447	2.385
Ensino Superior Privado	785	975	1.053	1.158	1.108	1.078	1.526	1.044	1.079	1.275	1.062	1.138	1.167	1.231	1.333	1.567	2.116
Ensino Universitário	488	635	776	928	860	773	1.104	795	826	1.060	879	956	993	1.025	1.099	1.226	1.684
Ensino Politécnico	297	340	277	230	248	305	422	249	253	215	183	182	174	206	234	341	432
Desconhecidos	13	221	6.962	352	806	1.615	3.008	67									

Fonte: DGEEC/MEC, Raides.

Notas:

a) Inclui os inscritos em todas as formações ministradas em estabelecimentos de ensino superior (incluindo os inscritos em CET), exceto os alunos que estejam apenas a elaborar dissertação ou trabalho de projeto ou estágio final de mestrado; Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 1 ano; Não há dados disponíveis sobre os inscritos por nacionalidade no ano de 1996/97.

b) Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 3 meses.

Anexo C - Distribuição dos Inscritos da CPLP em estabelecimentos de ensino superior por subsistema de ensino - 1995/96 a 2011/12^{a)}

Subsistema de ensino	1995/96	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2011/12 ^{b)}
Inscritos CPLP	4036	5752	5877	6614	7851	9216	10277	11174	12283	12377	13511	13499	13049	13203	14104	14870	16019
Angola	1350	2028	2111	2258	2711	3183	3367	3527	4258	4118	4799	4670	3606	3258	3165	3501	3505
Ensino Superior Público	918	1427	1464	1510	1876	2111	2063	2289	2921	2849	3277	3296	2076	1924	1840	1769	1771
Ensino Universitário	667	1164	1248	1257	1299	1727	1657	1920	2583	2550	2980	2973	1765	1609	1515	1425	1426
Ensino Politécnico	251	263	216	253	577	384	406	369	338	299	297	323	311	315	325	344	345
Ensino Superior Privado	432	601	647	748	835	1072	1304	1238	1337	1269	1522	1374	1530	1334	1325	1732	1734
Ensino Universitário	219	429	496	575	679	915	1117	1087	1178	1110	1385	1146	1318	1129	1142	1241	1242
Ensino Politécnico	213	172	151	173	156	157	187	151	159	159	137	228	212	205	183	491	492
Cabo Verde	696	1077	1331	1587	2075	2497	3011	3516	3835	4096	4347	3863	3580	3515	3432	3319	3320
Ensino Superior Público	582	913	1120	1328	1724	2030	2362	2729	2938	3078	3221	2854	2655	2621	2572	2521	2522
Ensino Universitário	520	827	980	1112	1423	1521	1668	1854	1933	2030	2132	1824	1679	1661	1564	1467	1468
Ensino Politécnico	62	86	140	216	301	509	694	875	1005	1048	1089	1030	976	960	1008	1054	1054
Ensino Superior Privado	114	164	211	259	351	467	649	787	897	1018	1126	1009	925	894	860	798	798
Ensino Universitário	88	150	174	184	321	432	600	735	837	969	1067	956	870	842	804	729	729
Ensino Politécnico	26	14	37	75	30	35	49	52	60	49	59	53	55	52	56	69	69
Guiné-Bissau	388	398	328	401	308	360	348	452	360	376	428	319	392	402	416	462	462
Ensino Superior Público	361	356	311	368	282	243	321	317	251	256	264	239	290	297	308	369	369
Ensino Universitário	307	328	264	313	238	201	266	256	207	206	193	180	203	211	214	263	263
Ensino Politécnico	54	28	47	55	44	42	55	61	44	50	71	59	87	86	94	106	106
Ensino Superior Privado	27	42	17	33	26	117	27	135	109	120	164	80	102	105	108	93	93
Ensino Universitário	15	36	12	24	12	104	16	126	103	114	153	70	83	90	98	77	77
Ensino Politécnico	12	6	5	9	14	13	11	9	6	6	11	10	19	15	10	16	16
Moçambique	504	873	740	776	852	1074	1066	1155	1345	1217	1009	985	881	748	712	674	674
Ensino Superior Público	341	656	535	543	635	831	815	940	1105	1039	811	809	687	599	559	542	542
Ensino Universitário	236	391	368	438	486	678	678	803	979	934	711	722	588	511	486	449	449
Ensino Politécnico	105	265	167	105	149	153	137	137	126	105	100	87	99	88	73	93	93
Ensino Superior Privado	163	217	205	233	217	243	251	215	240	178	198	176	194	149	153	132	132
Ensino Universitário	72	127	143	146	145	172	170	155	197	143	164	133	161	135	136	109	109
Ensino Politécnico	91	90	62	87	72	71	81	60	43	35	34	43	33	14	17	23	23
São Tomé e Príncipe	216	277	300	333	392	441	496	540	581	556	645	649	684	691	848	823	823
Ensino Superior Público	185	232	233	245	268	305	366	402	415	413	412	465	497	498	622	648	648
Ensino Universitário	160	200	189	205	218	244	276	288	278	274	267	306	327	326	340	382	382
Ensino Politécnico	25	32	44	40	50	61	90	114	137	139	145	159	170	172	282	266	266
Ensino Superior Privado	31	45	67	88	124	136	130	138	166	143	233	184	187	193	226	175	175
Ensino Universitário	15	36	50	64	96	109	104	117	139	114	213	168	168	160	199	152	152
Ensino Politécnico	16	9	17	24	28	27	26	21	27	29	20	16	19	33	27	23	23
Brasil	881	1085	1047	1243	1375	1525	1760	1842	1797	1911	2209	2934	3842	4462	5395	5938	7082
Ensino Superior Público	710	807	760	897	1009	1137	1324	1410	1388	1534	1771	2282	2932	3478	4370	4817	5910
Ensino Universitário	566	652	576	698	768	865	1039	1126	1115	1291	1507	1968	2545	2968	3807	4132	5149
Ensino Politécnico	144	155	184	199	241	272	285	284	273	243	264	314	387	510	563	685	761
Ensino Superior Privado	171	278	287	346	366	388	436	432	409	377	438	652	910	984	1025	1121	1172
Ensino Universitário	110	187	207	279	284	307	344	326	310	288	355	543	793	824	857	925	969
Ensino Politécnico	61	91	80	67	82	81	92	106	99	89	83	109	117	160	168	196	203
Timor-Leste	1	14	20	16	138	136	229	142	107	103	74	79	64	127	136	153	153
Ensino Superior Público		13	19	15	137	136	221	139	103	99	68	70	57	123	130	144	144
Ensino Universitário		13	17	14	132	128	202	121	89	88	59	64	54	108	109	123	123
Ensino Politécnico			2	1	5	8	19	18	14	11	9	6	3	15	21	21	21
Ensino Superior Privado	1	1	1	1	1		8	3	4	4	6	9	7	4	6	9	9
Ensino Universitário	1	1	1	1	1		7	2	2	2	4	7	5	3	6	8	8
Ensino Politécnico							1	1	2	2	2	2	2	1	1	1	1

Fonte: DGEEC/MEC, Raides.

Notas:

a) Inclui os inscritos em todas as formações ministradas em estabelecimentos de ensino superior (incluindo os inscritos em CET), exceto os alunos que estejam apenas a elaborar dissertação ou trabalho de projeto ou estágio final de mestrado; Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 1 ano; Não há dados disponíveis sobre os inscritos por nacionalidade no ano de 1996/97.

b) Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 3 meses.

Anexo D - Distribuição dos Inscritos em estabelecimentos de ensino superior por nível de formação - 1995/96 a 2011/12 ^{a)}

Nível de Formação	1995/96	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2011/12 ^{b)}
Total	313415	347473	356790	373745	387703	396601	400831	395063	381231	368571	368982	381728	378834	389841	403445	392230	397337
CET	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1259	2253	4811	5832	6214	7177	7064	7064
Bacharelato c)	69499	77876	76459	74557	75279	77192	81026	83170	81409	77542	48759	11899	1976	18	0	1	1
Licenciatura d)	236158	257971	268396	285706	298178	303713	300809	290690	277609	263953	272722	274093	260477	256714	256028	242481	246196
Especialização	1619	1573	1654	1802	2173	2841	3119	3758	3509	5305	5729	4852	5021	5109	4831	3990	3990
Mestrado e)	6139	7448	7841	8725	8692	8545	10524	11106	11422	12007	29934	74729	92099	105409	117116	119560	120873
Mestrado integrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18326	47525	56558	60657	61971	62109	62687
Doutoramento f)	0	2605	2440	2955	3381	4310	5353	6339	6988	8.505	9585	11344	13429	16377	18293	19134	19213
Portugal	306870	337357	340369	363129	374986	380909	382071	378908	364220	351458	350976	363046	360785	370416	381336	368129	368292
CET	0	0	0	0	0	0	0	0	293	1223	2197	4713	5683	6012	6892	6675	6675
Bacharelato c)	67954	75673	75839	74171	74898	76974	80834	83004	81136	77299	48569	11840	1950	18	0	1	1
Licenciatura d)	231331	250573	253315	276363	287043	289476	283912	276206	262389	248893	257703	260341	249183	245447	243819	229958	230111
Especialização	1597	1501	1576	1716	2082	2748	2985	3612	3331	5101	5466	4720	4866	4968	4709	3787	3787
Mestrado e)	5988	7125	7379	8168	7906	7739	9591	10280	10674	11177	28369	71269	87344	99778	110324	111716	111725
Mestrado integrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17737	46027	54579	58345	59290	59553	59557
Doutoramento f)	0	2485	2260	2711	3057	3972	4749	5806	6397	7.765	8672	10163	11759	14193	15592	15992	15993
CPLP	4036	5752	5877	6614	7851	9216	10277	11174	12283	12377	13511	13499	13049	13203	14104	14870	16019
CET	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	21	71	101	132	200	272	272
Bacharelato c)	900	971	334	217	132	123	130	116	233	223	170	58	25	0	0	0	0
Licenciatura d)	3011	4422	5126	5821	7182	8439	9240	10038	11063	10986	11513	10191	8497	7992	8143	7965	8759
Especialização	16	46	54	56	59	43	81	84	100	121	171	69	92	80	55	108	108
Mestrado e)	109	263	298	400	375	449	559	622	534	605	1095	2383	3252	3648	4132	4695	4993
Mestrado integrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	326	890	1152	1250	1350	1243	1439
Doutoramento f)	0	50	65	120	103	162	267	314	352	425	541	727	1082	1351	1574	1830	1887
Outras nacionalidades	2496	4143	3582	3650	4060	4861	5475	4914	4728	4736	4495	5183	5000	6222	8005	9231	13026
CET	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	35	27	48	70	85	117	117
Bacharelato c)	644	1220	284	167	107	84	61	50	40	20	20	1	1	0	0	0	0
Licenciatura d)	1804	2778	3107	3220	3692	4450	4967	4380	4157	4074	3506	3561	2797	3275	4066	4558	7326
Especialização	6	24	24	29	31	31	50	62	78	83	92	63	63	61	67	95	95
Mestrado e)	42	59	96	142	139	165	198	203	214	225	470	1077	1503	1983	2660	3149	4155
Mestrado integrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	263	608	827	1062	1331	1313	1691
Doutoramento f)	62	71	92	91	131	199	219	239	315	372	454	588	833	1127	1312	1333	1333
Desconhecidos	13	221	6962	352	806	1615	3008	67	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: DGEEC/MEC, Raides.

Notas:

a) Inclui os inscritos em todas as formações ministradas em estabelecimentos de ensino superior (incluindo os inscritos em CET), exceto os alunos que estejam apenas a elaborar dissertação ou trabalho de projeto ou estágio final de mestrado; Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 1 ano; Não há dados disponíveis sobre os inscritos por nacionalidade no ano de 1996/97.

b) Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 3 meses.

c) "Bacharelato" inclui os inscritos dos cursos de bacharelato e os inscritos do 1.º ciclo das licenciaturas bietápicas

d) "Licenciatura" inclui os inscritos dos cursos que conferem o grau de licenciado

e) "Mestrado" inclui os inscritos dos cursos de Mestrado, Mestrado 2º ciclo, os dos cursos de Mestrado Integrado, Preparatórios de Mestrado Integrado e Mestrado Integrado (parte terminal)

f) "Doutoramento" inclui os inscritos dos cursos de doutoramento e de doutoramento - 3.º ciclo

Anexo E - Distribuição dos Inscritos da CPLP em estabelecimentos de ensino superior por nível de formação - 1995/96 a 2011/12 ^{a)}

Nível de Formação	1995/96	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2011/12 b)
Total	4036	5752	5877	6614	7851	9216	10277	11174	12283	12377	13511	13499	13049	13203	14104	14870	16019
Angola	1350	2028	2111	2258	2711	3183	3367	3527	4258	4118	4799	4670	3606	3258	3165	3501	3505
CET	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	22	19	20	36	34	34
Bacharelato c)	391	339	140	79	44	40	44	28	115	115	103	26	10	0	0	0	0
Licenciatura d)	917	1558	1817	2046	2554	2984	3148	3324	3970	3847	4454	4093	2866	2268	2128	2050	2053
Especialização	6	27	26	30	26	14	30	27	33	24	20	11	30	26	9	29	29
Mestrado e)	36	89	110	80	62	114	94	97	86	79	154	434	560	791	809	1165	1166
Mestrado integrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	86	201	204	222	231	213	213
Doutoramento f)	0	15	18	23	25	31	51	51	54	51	63	84	121	153	183	223	223
Brasil	881	1085	1047	1243	1375	1525	1760	1842	1797	1911	2209	2934	3842	4462	5395	5938	7082
CET	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	5	22	29	41	60	93	93
Bacharelato c)	178	192	75	35	25	13	17	16	15	15	14	4	2	0	0	0	0
Licenciatura d)	662	756	865	933	1066	1203	1215	1220	1195	1187	1121	1313	1470	1902	2334	2422	3212
Especialização	4	11	7	9	15	14	24	31	34	43	82	35	39	30	39	55	55
Mestrado e)	37	96	65	183	204	188	324	364	309	354	581	1009	1482	1457	1790	2017	2314
Mestrado integrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64	174	342	379	445	382	578
Doutoramento f)	0	30	35	83	65	107	180	211	243	308	406	551	820	1032	1172	1351	1408
Cabo verde	696	1077	1331	1587	2075	2497	3011	3516	3835	4096	4347	3863	3580	3515	3432	3319	3320
CET	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	5	19	36	51	73	107	107
Bacharelato c)	64	79	32	35	25	23	25	16	29	25	22	8	5	0	0	0	0
Licenciatura d)	620	979	1251	1519	2000	2412	2922	3397	3696	3907	4009	3187	2697	2506	2396	2201	2202
Especialização	0	2	5	3	8	7	4	4	14	21	41	11	11	13	2	9	9
Mestrado e)	12	16	39	27	37	48	51	84	76	105	242	603	773	870	870	899	899
Mestrado integrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	122	341	412	426	442	415	415
Doutoramento f)	0	1	4	3	5	7	9	15	20	28	28	35	58	75	91	103	103
Guiné Bissau	388	398	328	401	308	360	348	452	360	376	428	319	392	402	416	462	462
CET	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	2	1	1	1	3	1	1
Bacharelato c)	56	31	7	10	3	3	2	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0
Licenciatura d)	326	354	294	374	300	345	317	411	338	345	387	243	304	292	292	320	320
Especialização	1	2	10	4	1	1	8	6	3	9	9	3	2	3	0	1	1
Mestrado e)	5	11	17	13	4	11	20	30	16	13	25	63	75	90	108	127	127
Mestrado integrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	33	40	41	47	39	39
Doutoramento f)	0	0	0	0	0	0	1	5	3	6	5	8	10	16	13	13	13
Moçambique	504	873	740	776	852	1074	1066	1155	1345	1217	1009	985	881	748	712	674	674
CET	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	2	5	2	5	5	5
Bacharelato c)	173	292	55	40	17	31	34	45	66	58	28	19	8	0	0	0	0
Licenciatura d)	314	546	626	642	770	953	943	1039	1205	1077	875	766	583	446	359	316	316
Especialização	5	2	6	7	8	6	11	8	9	19	11	8	6	7	4	12	12
Mestrado e)	12	30	49	79	52	71	59	37	37	37	58	149	217	235	246	225	225
Mestrado integrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	63	69	79	79	73	73
Doutoramento f)	0	3	4	8	5	13	19	26	28	25	34	41	62	58	98	116	116
São Tomé e Príncipe	216	277	300	333	392	441	496	540	581	556	645	649	684	691	848	823	823
CET	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	5	11	15	19	26	26
Bacharelato c)	38	38	23	18	13	7	6	5	4	1	0	0	0	0	0	0	0
Licenciatura d)	171	215	255	292	356	407	469	511	557	530	598	538	555	527	585	595	595
Especialização	0	2	0	3	1	1	4	8	7	5	8	1	4	1	1	2	2
Mestrado e)	7	21	18	17	14	16	9	9	10	11	32	97	104	134	232	190	190
Mestrado integrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	59	71	89	91	99	99
Doutoramento f)	0	1	4	3	3	4	7	6	2	6	5	8	10	14	11	10	10
Timor Leste	1	14	20	16	138	136	229	142	107	103	74	79	64	127	136	153	153
CET	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0	2	4	6	6
Bacharelato c)	0	0	2	0	0	0	1	5	3	3	2	0	0	0	0	0	0
Licenciatura d)	1	14	18	15	136	135	226	136	102	93	69	51	22	51	49	61	61
Especialização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mestrado e)	0	0	0	1	2	1	2	1	0	6	3	28	41	71	77	72	72
Mestrado integrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	19	14	14	15	22	22
Doutoramento f)	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	1	3	6	14	14

Fonte: DGEEC/MEC, Raides

Notas:

a) Inclui os inscritos em todas as formações ministradas em estabelecimentos de ensino superior (incluindo os inscritos em CET), exceto os alunos que estejam apenas a elaborar dissertação ou trabalho de projeto ou estágio final de mestrado; Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 1 ano; Não há dados disponíveis sobre os inscritos por nacionalidade no ano de 1996/97.

b) Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 3 meses;

c) "Bacharelato" inclui os inscritos dos cursos de bacharelato e os inscritos do 1.º ciclo das licenciaturas bietápicas;

d) "Licenciatura" inclui os inscritos dos cursos que conferem o grau de licenciado;

e) "Mestrado" inclui os inscritos dos cursos de Mestrado, Mestrado 2º ciclo, os dos cursos de Mestrado Integrado, Preparatórios e Mestrado Integrado e Mestrado Integrado (parte terminal);

f) "Doutoramento" inclui os inscritos dos cursos de doutoramento e de doutoramento - 3.º ciclo

Anexo F - Distribuição dos Inscritos por NUTS II, de 1995/96 a 2011/12 ^{a)}

NUTS II	1995/96	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2011/12 ^{b)}
Total	313415	347473	356790	373745	387703	396601	400831	395063	381231	368571	368982	381728	378834	389841	403445	392230	397337
Alentejo	15313	17196	17972	19708	21469	21500	21441	20484	19829	18429	17566	18340	17683	18258	18999	17127	17254
Algarve	7619	8716	9705	10652	11328	11483	11331	11364	10615	10571	10807	11076	10853	10926	11099	10044	10176
Centro	57473	67207	71426	76243	81335	84186	87501	85568	81991	80199	79997	84611	83163	84239	89038	86742	87828
Lisboa	133008	142070	143166	146465	149481	152750	151390	149947	145269	139042	139485	141252	141784	146272	150669	147079	149075
Norte	94985	106534	108411	114271	117465	120038	122427	121261	116967	114014	114686	119340	118037	122621	125834	123865	125575
R. A. Açores	2718	3105	3403	3630	3725	3614	3663	3427	3358	3069	3193	3348	3642	3865	4040	3800	3837
R. A. Madeira	2299	2645	2707	2776	2900	3030	3078	3012	3202	3247	3248	3761	3672	3660	3766	3573	3592
Portugal	306870	337357	340369	363129	374986	380909	382071	378908	364220	351458	350976	363046	360785	370416	381336	368129	368292
Alentejo	15141	17033	17769	19473	21123	21152	20909	19975	19193	17903	17097	17863	17025	17460	18063	16265	16265
Algarve	7500	8541	9463	10413	11003	11146	10883	10927	10242	10192	10340	10637	10385	10356	10470	9339	9340
Centro	55912	65523	69292	74326	78720	81817	84550	83120	79639	77751	77332	81732	80131	80169	83460	81504	81514
Lisboa	130506	137870	131764	141348	143173	144765	141119	141878	135802	129144	128983	130949	131853	136497	140568	135360	135380
Norte	92973	102856	106172	111396	114579	115960	118410	117050	113183	110645	111306	115363	114276	118571	121206	118535	118667
R. A. Açores	2632	2985	3317	3525	3636	3512	3550	3317	3284	2996	3115	3271	3575	3790	3928	3696	3696
R. A. Madeira	2206	2549	2592	2648	2752	2557	2650	2641	2877	2827	2803	3231	3540	3573	3641	3430	3430
CPLP	4036	5752	5877	6614	7851	9216	10277	11174	12283	12377	13511	13499	13049	13203	14104	14870	16019
Alentejo	91	100	114	143	193	218	351	307	432	326	294	355	493	543	632	578	609
Algarve	33	88	106	136	172	225	237	277	251	254	267	274	241	290	315	299	300
Centro	864	1035	1061	1219	1348	1497	1772	1869	1721	1789	1897	1907	2123	2458	3182	3277	3582
Lisboa	1914	2982	3383	3715	4687	5375	5939	6634	7857	8058	8913	8606	7772	7278	7268	7763	8002
Norte	1108	1497	1166	1343	1390	1788	1827	1951	1910	1826	2014	2207	2315	2561	2610	2880	3453
R. A. Açores	13	36	21	36	37	47	80	69	54	46	48	44	36	44	42	38	38
R. A. Madeira	13	14	26	22	24	66	71	67	58	78	78	106	69	29	55	35	35
Outras nacionalidades	2496	4143	3582	3650	4060	4861	5475	4914	4728	4736	4495	5183	5000	6222	8005	9231	13026
Alentejo	81	61	88	92	151	129	178	194	204	200	175	122	165	255	304	284	380
Algarve	86	82	110	98	75	99	109	158	122	125	200	165	227	280	314	406	536
Centro	697	642	959	690	976	866	1155	576	631	659	768	972	909	1612	2396	1961	2732
Lisboa	576	1030	1243	1200	1304	1290	1692	1414	1610	1840	1589	1697	2159	2497	2833	3956	5693
Norte	903	2162	1031	1397	1391	2060	1980	2230	1874	1543	1366	1770	1446	1489	2018	2450	3455
R. A. Açores	73	84	63	67	48	52	28	38	20	27	30	33	31	31	70	66	103
R. A. Madeira	80	82	88	106	115	365	333	304	267	342	367	424	63	58	70	108	127
Desconhecidos	13	221	6962	352	806	1615	3008	67	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: DGEEC/MEC, Raides

Notas:

a) Inclui os inscritos em todas as formações ministradas em estabelecimentos de ensino superior (incluindo os inscritos em CET), exceto os alunos que estejam apenas a elaborar dissertação ou trabalho de projeto ou estágio final de mestrado; Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 1 ano; Não há dados disponíveis sobre os inscritos por nacionalidade no ano de 1996/1997.

b) Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 3 meses.

Anexo G - Distribuição dos Inscritos da CPLP por NUTS II, de 1995/96 a 2011/12 ^{a)}

NUTS II	1995/96	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2011/12 ^{b)}
Angola	1350	2028	2111	2258	2711	3183	3367	3527	4258	4118	4799	4670	3606	3258	3165	3501	3505
Alentejo	45	35	48	54	62	53	66	71	84	50	44	81	137	212	165	129	129
Algarve	6	8	14	13	13	19	18	34	14	17	25	27	22	22	25	28	28
Centro	218	227	207	217	255	251	301	269	222	195	218	192	245	255	328	307	308
Lisboa	752	1216	1501	1597	2015	2341	2503	2706	3515	3550	4179	4023	2909	2480	2366	2661	2663
Norte	319	522	319	353	343	478	426	402	390	267	300	321	290	287	276	372	373
R. A. Açores	4	16	10	18	16	15	31	27	16	14	16	4	2	2	5	4	4
R. A. Madeira	6	4	12	6	7	26	22	18	17	25	17	22	1	0	0	0	0
Cabo Verde	696	1077	1331	1587	2075	2497	3011	3516	3835	4096	4347	3863	3580	3515	3432	3319	3320
Alentejo	4	32	20	34	60	86	129	139	163	173	164	139	146	129	132	120	120
Algarve	10	30	42	63	92	127	139	150	153	149	140	124	86	99	97	101	101
Centro	184	302	369	455	509	602	724	839	847	940	908	893	802	756	720	697	697
Lisboa	392	547	693	817	1120	1283	1530	1762	1963	2067	2290	1862	1741	1692	1640	1537	1537
Norte	106	165	204	211	284	380	463	597	670	730	811	810	780	821	826	842	843
R. A. Açores	0	1	3	7	8	14	18	21	32	25	22	23	16	14	10	14	14
R. A. Madeira	0	0	0	0	2	5	8	8	7	12	12	12	9	4	7	8	8
Guiné-Bissau	388	398	328	401	308	360	348	452	360	376	428	319	392	402	416	462	462
Alentejo	6		2	5	9	10	6	6	17	4	4	7	10	12	16	19	19
Algarve	0	23	21	19	15	18	18	21	17	13	17	18	8	10	12	11	11
Centro	83	86	81	93	85	85	102	101	85	102	98	56	89	84	84	86	86
Lisboa	229	229	181	240	166	209	188	275	207	218	274	209	251	268	270	313	313
Norte	69	60	43	42	33	37	32	47	34	39	35	29	33	26	33	32	32
R. A. Açores	1		0	2	0	1	2	1	0	0	0	0	1	2	1	1	1
R. A. Madeira	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Moçambique	504	873	740	776	852	1074	1066	1155	1345	1217	1009	985	881	748	712	674	674
Alentejo	27	16	24	22	25	26	25	33	38	27	21	14	21	19	23	26	26
Algarve	2	4	6	10	14	19	20	28	18	20	21	22	17	19	15	8	8
Centro	88	92	84	120	137	133	146	140	128	104	107	111	92	103	89	104	104
Lisboa	259	516	474	448	505	629	629	733	983	921	725	693	644	510	458	411	411
Norte	126	236	145	164	160	242	214	196	161	124	118	129	104	94	123	122	122
R. A. Açores	2	9	5	4	4	3	6	3	1	1	1	1	2	3	4	2	2
R. A. Madeira	0	0	2	8	7	22	26	22	16	20	16	15	1	0	0	1	1
São Tomé e Príncipe	216	277	300	333	392	441	496	540	581	556	645	649	684	691	848	823	823
Alentejo	4	7	6	9	10	10	12	11	13	13	14	23	13	12	18	17	17
Algarve	1	8	9	10	9	15	13	13	14	13	12	11	10	7	10	7	7
Centro	65	73	81	86	93	100	118	124	126	128	121	118	129	132	155	175	175
Lisboa	89	134	152	167	215	254	284	319	361	342	437	433	459	478	520	507	507
Norte	55	53	50	59	61	60	66	69	64	57	59	62	73	62	144	115	115
R. A. Açores	0	0	0	1	2	1	2	3	2	2	2	1	0	0	1	2	2
R. A. Madeira	2	2	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Brasil	881	1085	1047	1243	1375	1525	1760	1842	1797	1911	2209	2934	3842	4462	5395	5938	7082
Alentejo	5	10	14	19	27	30	102	36	105	49	46	91	162	134	253	246	277
Algarve	14	15	14	21	28	27	27	30	34	41	51	70	94	122	147	141	142
Centro	226	255	239	247	264	289	324	348	279	291	422	508	753	1099	1769	1870	2174
Lisboa	192	329	362	432	538	588	697	790	789	924	979	1358	1746	1832	1997	2302	2539
Norte	433	458	405	513	506	575	585	616	570	582	671	837	1014	1229	1162	1339	1910
R. A. Açores	6	10	3	4	6	5	11	5	3	4	7	15	15	21	19	14	14
R. A. Madeira	5	8	10	7	6	11	14	17	17	20	33	55	58	25	48	26	26
Timor-Leste	1	14	20	16	138	136	229	142	107	103	74	79	64	127	136	153	153
Alentejo	0	0	0	0	0	3	11	11	12	10	1		4	25	25	21	21
Algarve	0	0	0	0	1	0	2	1	1	1	1	2	4	11	9	3	3
Centro	0	0	0	1	5	37	57	48	34	29	23	29	13	29	37	38	38
Lisboa	1	11	20	14	128	71	108	49	39	36	29	28	22	18	17	32	32
Norte	0	3	0	1	3	16	41	24	21	27	20	19	21	42	46	58	58
R. A. Açores	0	0	0	0	1	8	10	9	0	0	0	0	0	2	2	1	1
R. A. Madeira	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Total Geral	4036	5752	5877	6614	7851	9216	10277	11174	12283	12377	13511	13499	13049	13203	14104	14870	16019

Fonte: DGEEC/MEC, Raides

Notas:

a) Inclui os inscritos em todas as formações ministradas em estabelecimentos de ensino superior (incluindo os inscritos em CET), exceto os alunos que estejam apenas a elaborar dissertação ou trabalho de projeto ou estágio final de mestrado; Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 1 ano; Não há dados disponíveis sobre os inscritos por nacionalidade no ano de 1996/97.

b) Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 3 meses.

Anexo H - Distribuição dos Inscritos da CPLP por Distrito, de 1995/96 a 2011/12 ^{a)}

Distrito	1995/96	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2011/12 ^{b)}
CPLP	4036	5752	5877	6614	7851	9216	10277	11174	12283	12377	13511	13499	13049	13203	14104	14870	16019
Aveiro	114	176	158	152	169	165	199	197	222	267	299	300	343	395	454	508	546
Beja	58	29	33	26	15	22	31	43	59	38	40	45	48	46	49	48	48
Braga	223	286	303	324	323	338	364	372	371	414	465	592	566	723	763	846	983
Bragança	4	12	18	21	36	46	64	72	73	57	70	90	93	91	202	175	213
Castelo Branco	57	77	76	128	118	142	191	206	211	244	199	195	186	181	175	210	221
Coimbra	604	720	696	791	891	957	1087	1131	912	863	956	951	1150	1408	2092	2102	2346
Évora	1	50	58	75	106	116	218	151	258	188	154	205	365	417	481	439	470
Faro	33	88	106	136	172	225	237	277	251	254	267	274	241	290	315	299	300
Guarda	8		19	18	15	22	38	51	50	61	66	74	54	55	49	55	55
Leiria	13	32	38	57	74	118	147	149	165	165	177	202	208	216	226	230	242
Lisboa	1810	2852	3190	3513	4470	5123	5614	6298	7516	7750	8580	8268	7364	6781	6753	7259	7479
Portalegre	8	5	6	12	23	30	39	47	51	43	44	49	41	32	34	32	32
Porto	806	848	759	883	938	1077	1140	1245	1239	1252	1332	1297	1445	1556	1518	1726	1999
R. A. Açores	13	36	21	36	37	47	80	69	54	46	48	44	36	44	42	38	38
R. A. Madeira	13	14	26	22	24	66	71	67	58	78	78	106	69	29	55	35	35
Santarém	36	37	48	62	77	82	118	140	169	204	202	184	151	164	162	146	146
Setúbal	116	130	193	202	217	253	325	336	342	308	334	339	413	501	528	512	531
Viana do Castelo	15	36	19	52	33	65	30	54	32	34	30	34	27	36	38	45	45
Vila Real	56	263	43	49	42	240	206	201	190	66	104	188	169	141	69	70	195
Viseu	48	61	67	55	71	82	78	68	60	45	66	62	80	97	99	95	95

Fonte: DGEEC/MEC, Raides

Notas:

a) Inclui os inscritos em todas as formações ministradas em estabelecimentos de ensino superior (incluindo os inscritos em CET), exceto os alunos que estejam apenas a elaborar dissertação ou trabalho de projeto ou estágio final de mestrado; Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 1 ano; Não há dados disponíveis sobre os inscritos por nacionalidade no ano de 1996/1997.

b) Inclui os inscritos em programas de mobilidade internacional com duração mínima de 3 meses.